



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2015
4. REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ANO DE 2016
5. REQ. N. 1541/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 394/15, DATADO DE 22/10/2015 – NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO
6. REQ. N. 1325/15, DATADO DE 17/09/2015 – PC N.º 333/15, DATADO DE 17/09/2015 – RAMIRO GOMES MOLEIRINHO

7. REQ. N. 1021/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015 – LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA
8. REQ. N. 1344/15, DATADO DE 21/09/2015 – PC N.º 339/15, DATADO DE 21/09/2015 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA
9. REQ. N. 1614/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 282/15, DATADO DE 14/08/2015 – MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA
10. REQ. N. 1413/15, DATADO DE 01/10/2015 – PC N.º 226/14, DATADO DE 25/06/2014 – VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL
11. REQ. N. 1526/15, DATADO DE 20/10/2015 – PC N.º 116/09, DATADO DE 02/06/2009 – SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPESSOAL, LDA.
12. REQ. N. 1603/15, DATADO DE 03/11/2015 – PC N.º 106/15, DATADO DE 10/04/2015 – LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO
13. REQ. N. 1237/15, DATADO DE 31/08/2015 – PC N.º 285/14, DATADO DE – CHRISTOPHE VINDEIRINHO
14. REQ. N. 1475/15, DATADO DE 13/10/2015 – PC N.º 374/15, DATADO DE 13/10/2015 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO
15. REQ. N. 1617/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 339/14, DATADO DE 07/10/2014 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA E FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA
16. REQ. N. 1674/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 424/15, DATADO DE 12/11/2015 – LINDA MARIE BUSCH
17. REQ. N. 1739/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 6/13, DATADO DE 04/01/2013 – VÍTOR MANUEL MATOS FRANCO
18. REQ. N. 1730/15, DATADO DE 19/11/2015 – PC N.º 944/94, DATADO DE 14/10/1994 – AURÉLIO INÁCIO GOMES
19. REQ. N. 1605/15, DATADO DE 03/11/2015 – PC N.º 313/14, DATADO DE 17/09/2014 – ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA
20. REQ. N. 1516/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 440/2015 , DATADO DE 19/10/2015 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

21. REQ. N. 1520/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 442/2015, DATADO DE 19/10/2015 – TECFIL TÉCNICA FABRICO DE FIOS, SA
22. REQ. N. 1387/15, DATADO DE 29/09/2015 – PC N.º 402/2015, DATADO DE 29/09/2015 – FAZCAR II – COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA
23. REQ. N. 1464/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 425/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA
24. REQ. N. 1465/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 426/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA
25. REQ. N. 1459/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 423/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NEORELVA - PLÁSTICOS, SA
26. REQ. N. 1639/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 478/2015, DATADO DE 09/11/2015 – DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO
27. DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2016 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO
28. PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONSULTA PÚBLICA
29. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
30. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MARIA ADELAIDE DIAS NATÁRIO FERREIRA - DEFERIMENTO.
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2016 E 2017”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ANUAL DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA DA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PELO PERÍODO DE 3 ANOS”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
35. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS *SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC) DA CASA DA CULTURA, FOYER E RECEÇÃO DO MUSEU DO VIDRO, PARA O PERÍODO DE 36 MESES”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
36. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS *SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC) DO EDIFÍCIO DA RESINAGEM, PARA O PERÍODO DE 36 MESES”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
37. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2016.
38. RENDAS EM ATRASO REFERENTES À FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO R/C DTO., DO BLOCO 1, SITA NA PRACETA DA LIBERDADE CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É VÍTOR MANUEL LOURAÇO RAIMUNDO – CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS
39. TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º DTO DO BLOCO 1 SITO NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, A FAVOR DE ALDINA DA CONCEIÇÃO, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.
40. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.

41. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE
42. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE
43. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE
44. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE
45. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.
46. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE
47. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE
48. APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.
49. ALTERAÇÃO DO OBJETO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA QUE FOI ATRIBUÍDA AOS CLUBES PARA A ÉPOCA DE 2014/2015
50. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1º DE DEZEMBRO – PERO NETO

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

51. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SPORT IMPÉRIO MARINHENSE
52. FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE.
53. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015
54. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO, PROPOSTA DE ADMISSÃO E ATRIBUIÇÃO DE APOIO
55. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO E SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA
56. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE
57. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE
58. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JANEIRO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
59. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE
60. ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE
61. RESUMO DE TESOURARIA
62. REQ. N. 1438/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 428/2015, DATADO DE 12/10/2015 – NOMINALPLÁS, LDA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 - Sr. Agostinho Teixeira de Oliveira, residente na Rua do Sol, n.º 38, Marinha Grande, que se inscreveu para saber o ponto de situação relativamente à resolução dos problemas da Rua do Sol.

O munícipe não compareceu.

2 - Sr. António José Rego Esteves, residente no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 16, 2.º eq.º, Marinha Grande, **em representação da empresa J. Lemos Esteves, Ld.ª**, que pretende saber quando é que a Rua Soprem é requalificada, uma vez que as ruas circundantes estão a ser asfaltadas e esta encontra-se em estado deplorável. É uma rua onde se situam muitas empresas e por isso tem muito trânsito. Para além do pavimento, que a Câmara se comprometeu a fazer já em 2013, também necessita de iluminação.

O **Sr. Presidente** referiu que foi ontem ao local e que ficou combinado de lhe enviarem por e-mail as situações existentes. Informou ainda que a pavimentação da rua está incluída num procedimento que está em curso, que prevê a pavimentação desde a Av.ª da Liberdade até à Estação, e que espera que esteja feita até final deste ano. Ficou acordado de posteriormente entrar em contacto com o Sr. António Esteves.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

⇒ Referiu que ia falar sobre uma situação de política geral, relativa ao artigo do Sr. Vereador Aurélio Ferreira publicado no Jornal da Marinha Grande da semana passada, que acaba a dizer que a CDU (ou o PCP) votou contra o Orçamento Municipal de 2016 por oportunismo. Não há qualquer oportunismo, há é apenas uma posição defendida e justificada com os seus argumentos, da mesma forma que o Sr. Vereador Aurélio também tem os seus.

Oportunismo político é dizer uma coisa e fazer outra, defender a transparência e depois não apresentar as declarações de rendimentos. Os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado, campeões da transparência, agora não apresentam declarações de rendimentos. Porquê? Desafia-os, em nome da transparência, a colocarem publicamente as suas declarações de rendimentos, ou então a explicarem porque não o fazem. Isto é que é oportunismo político. A CDU o que diz, faz.

- ⇒ Estacionamento na escola da Amieirinha – está prometida a intervenção mas não foi feita, e a situação está na mesma.
- ⇒ Chamou a atenção para a existência de árvores caídas na estrada do Camarnal para a Fonte Santa.
- ⇒ Perguntou quais os critérios seguidos nos diversos alcatroamentos que estão a ser feitos, e mencionou as queixas apresentadas sobre o estado da estrada junto à FAE.
- ⇒ A Rua 9 da Ordem e a rua entre a Ordem e o Camarnal, até ao Bairro Social, foram alcatroadas e não foi feita a pequena rotunda que os moradores tinham vindo pedir aqui à reunião há alguns meses atrás. Porque não foi feita? É necessário explicar às pessoas.
- ⇒ Perguntou se é legal pagar aos CEI's que estão na CMMG com um mês de atraso, e pediu para que a situação seja revista.
- ⇒ Mercado – referiu que continua a não perceber qual a sua localização. O projeto está para um lado, mas a candidatura é só para obra nova. Pergunta se vai haver discussão pública ou não, e se é um projeto vago ou se há localização concreta.
- ⇒ Cinema na Marinha Grande e em Vieira de Leiria – felicitou o início de um projeto que, enquanto Vereador do pelouro, já tinha pronto há mais de um ano.
- ⇒ Protocolos com as coletividades – disse que irá falar do assunto à medida que forem apresentados os diversos pontos da ordem de trabalhos.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu as preocupações dos munícipes que aqui trazem os problemas, assim como o Presidente da Câmara, que deu uma resposta. Espera que se concretize.
- ⇒ Cinema – saudou o seu início e referiu que foi à cafetaria e o adjudicatário queixou-se de que fez o contrato de exploração do espaço no pressuposto do funcionamento do cinema.
- ⇒ Política geral – é Vereador há 6 anos, porque o povo assim o quis. Hoje toma posse o novo Governo, de maioria de esquerda. Espera que dê satisfação à população, e se assim acontecer terá que dar a mão à palmatória. O Governo realizou obras emblemáticas para o concelho, como a Ponte das Tercenas, as arribas de S. Pedro e da Praia da Vieira. Espera que no futuro se vejam concretizadas outras obras necessárias ao concelho.
- ⇒ Moita – a Rua Esquerda está em muito mau estado. Faltam passeios e calçadas. Foi também alertado por um munícipe para a falta de limpeza e de placa identificativa do monumento dos combatentes da Moita.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a intervenção do munícipe Sr. António José Esteves, leu partes da ata de 23 de Janeiro de 2014, onde o Sr. Presidente Paulo Vicente (na altura Vereador) "informou que a Câmara esteve para intervir nesta rua no ano passado, mas a Junta de Freguesia começou a tratá-la com semipenetração. Disse ainda que passou na rua há pouco tempo, e apesar de não estar em muito mau estado, considera que merece um tapete betuminoso, pelo que se está a tratar do procedimento". Ficou ainda registado nesta acta que o Sr. Vereador Paulo Vicente informou que "A Rua da Soprem está incluída no pedido que foi à Assembleia Municipal, cuja intenção era fazer um procedimento único. Depois foi necessário alterar essa intenção, porque de acordo com informação da DOT, houve algumas ruas, nomeadamente a Rua da Lagoa, que necessitavam de mais do que a pavimentação, daí ter que se alterar esse pacote, onde estava incluída a Rua da Soprem. "
- Perante estas afirmações, com quase dois anos, sugeriu que se cumpra o que promete, e se não podem cumprir é melhor não prometer.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Vereador Vítor Pereira, afirmou que considera ter havido oportunismo político da parte da CDU, dado que nos orçamentos de 2014 e 2015 votaram favoravelmente e o orçamento de 2016, sendo muito semelhante, votaram contra. O que se alterou é que naquela altura estavam no poder e agora estão sem pelouros, demonstra que não são as necessidades dos munícipes que estão em causa, mas sim a vontade político-partidária.
- ⇒ Felicitou o marinhense Carlos Neves por ter sido reconhecido pela Confederação do Desporto de Portugal e pela Federação Portuguesa de Sumo como a personalidade do ano. Recordou que o Carlos Neves, em representação do nosso país, teve ao longo de anos classificações e participações muito honrosas em diversas competições internacionais de sumo, bem como desenvolveu um trabalho notável nesta modalidade.
- ⇒ Felicitou o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente por ter conquistado mais 4 títulos nacionais de Patinagem de Velocidade nos escalões de Benjamins, Escolares e Infantis. Realçou o também excelente 2º lugar do Clube Desportivo Moitense em Escolares Femininos. Individualmente, destacaram-se os seguintes atletas marinhenses: Manuel Piteira; Maria João Legoinha; Soraia Marques; Martim Pires; Diana Mendes; Rita Lopes.
- ⇒ Felicitou ainda o marinhense Victor Maria, emigrante em França, por a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas o ter galardoado com o Prémio Camões. Já editou oito livros, mas a obra que lhe valeu este galardão foi "La Vieille Maison de Briques – Bribes D'Une Enfance Portugaise", editado em 2005, e onde o Victor relata histórias passadas na Marinha Grande, antes do 25 de Abril de 1974.
- ⇒ Sobre os projetos de obras apresentados na Câmara, questionou para quando a possibilidade dos proprietários e técnicos dos projetos poderem ter acesso no site da Câmara ao estado em que se encontram os seus projetos.

Recordou que a questão da modernização administrativa foi comparticipada no âmbito do projeto SAMA, mas que deixou muito por fazer, sobretudo na relação com os munícipes.

Referiu ainda que gostaria de receber a listagem dos projetos de obras entrados na Câmara, com referência à data da entrada.

- ⇒ Na última reunião questionou a razão pela qual a documentação que os Vereadores recebem está truncada, com áreas tapadas e escondidas. Perguntou então se era censura. Na ata da passada reunião não está qualquer resposta por parte do Sr. Presidente. Para esta reunião os documentos voltaram a ser enviados com informação escondida, pelo que gostaria de saber a razão, e que a resposta do Sr. Presidente ficasse registada em ata.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Sobre a presença dos munícipes referiu que alguns desistem de vir porque antes a Câmara tenta resolver os problemas, por isso vale a pena inscreverem-se.
- ⇒ Em relação ao problema aqui apresentado hoje parece que a culpa é do munícipe, que deixou passar dois anos sem aqui vir. A promessa é fácil, e na política será sempre assim, cumpri-la é que é difícil.
- ⇒ Orçamento 2016 – uma das suas exigências para votar a favor, e será a primeira vez que o faz, é que as promessas feitas possam ser cumpridas. É obrigação dos munícipes virem aqui, exigir que se faça, controlar o que aqui se faz e fazer com que se definam as prioridades. A Câmara tem condições materiais para resolver os problemas mais graves e todos os outros. Por exemplo, a Rua Esquerda, na Moita, está muito pior do que a Rua da Soprem, embora esta também esteja em mau estado.
Sugeriu a realização de concursos públicos de carácter anual, para que em cinco anos deixe de haver os problemas que os munícipes aqui vêm relatar. É necessário aumentar a eficácia municipal, fazendo mais coisas com menos dinheiro.
- ⇒ Transparência – não precisa de se justificar, e vai ajudar a definir o que é transparência versus coscuvilhice. O índice de transparência da Câmara não aumenta com a divulgação dos dados pessoais de cada um. Faz aquilo que a lei exige e mais nada. Estes seus dados a Câmara nunca os terá. Isto não é transparência, é coscuvilhice e não alinha nisso. E é grave se pensam que isto é necessário para a sua actividade política. O Estado tem mecanismos para saber o que tem, está tudo declarado. O que deve ser transparente na CMMG é o que se gasta e o que se recebe. O Sr. Vereador Vítor até tem elementos para se poder justificar a transparência, com aquilo que tinha antes de ser Vereador e depois. Isso é que é demonstrar aos munícipes que utilizam bem os dinheiros públicos, não os dinheiros ganhos particularmente.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu a intervenção, referindo que o Sr. Vereador Carlos Logrado até já publicou dados confidenciais de munícipes e agora tem esta posição. Frisou uma vez mais que um dos itens que conta para a falta de transparência da Câmara é a divulgação destas declarações de rendimentos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** retomou a palavra e disse que continua a ser o mesmo defensor da transparência, não da coscuvilhice. E lançou o desafio aos Vereadores para que se vá ao detalhe: que digam o que ganharam e o que utilizaram da Câmara.

Registaram-se de imediato protestos, tendo o **Sr. Presidente** serenado os ânimos, dando de seguida a palavra à Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Quando nos convém chamamos transparência, quando não interessa chamamos coscuvilhice. Lembra-se da ata em que foi amplamente divulgado o ranking da transparência e a classificação da Marinha Grande, onde se falava deste requisito. Se ele não for cumprido é óbvio que não se fica nos lugares cimeiros do ranking. Tem que haver coerência e transparência, por isso não entende porque é que os Srs. Vereadores não entregam a declaração quando é pedida pela Câmara. Não lhe chama coscuvilhice mas sim transparência, e por isso os Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Carlos Logrado têm que olhar primeiro para o seu umbigo e só depois falar de transparência.

O Sr. Presidente respondeu às questões colocadas do seguinte modo:

⇒ Sobre a transparência – primeiro tem que se ver qual é o objectivo de mandar as declarações para o Tribunal Constitucional, no início do mandato: é para evitar o enriquecimento ilícito pelas funções que desempenham, independentemente de se ter ou não pelouros. A declaração é obrigatória e a sua função vai neste sentido. Na altura da publicação este item era exigido e foi aqui criticado.

A Câmara não pode ir ao Tribunal Constitucional buscar a declaração.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que pode.

O **Sr. Presidente** disse que embora possa não a pode divulgar sem a autorização do próprio. Dá razão ao Sr. Vereador Carlos Logrado, pois muita gente se delicia a saber o que cada um ganha.

Sobre esta discussão considera que é um drama desnecessário, uma vez que cada um é livre de divulgar o que quiser, mas depois não se venham queixar com a futura posição no ranking. Pedagogicamente era uma forma de demonstrar que os políticos não têm nada a esconder, ao contrário do que às vezes se diz, mas também admite que em algumas situações não se queiram expor.

Seguiu-se uma **troca de palavras entre o Sr. Vereador Vítor Pereira e o Sr. Vereador Carlos Logrado** em relação à falta de coerência nas posições assumidas sobre a transparência e a gravação das reuniões camarárias.

O Sr. Presidente deu por concluída esta discussão e prosseguiu com as seguintes respostas às questões colocadas:

- ⇒ Estacionamento da Amieirinha – vai remeter o assunto para os serviços analisarem.
- ⇒ Árvores na estrada – a Proteção Civil foi ao local, o dono tem mais de 80 anos, e está a ver se contacta o filho para procederem ao abate das árvores.
- ⇒ Rotunda do Camarnal – a razão da intervenção deve-se ao facto de já não haver forma de remendar e por isso teve que se alcatroar.
- ⇒ Estrada da FAE – tem que haver uma intervenção mais profunda. O procedimento que se fez é para situações mais simples, só de alcatroamento. Quando há abatimentos implica a remodelação da rede de águas e são procedimentos mais complexos. O que se está a fazer são as situações mais simples, que os serviços identificaram em função da sua urgência.
- ⇒ Foi ver a Rua Universal e a Rua da Soprem e já pediu aos serviços para fazerem o levantamento, e espera incluir a intervenção neste procedimento a adjudicar até final do ano. Por isso mantém o que disse.
- ⇒ CEI's – a Câmara está a pagar no mês seguinte porque há trabalhadores que recebem ao dia 22 e quando rescindem o contrato antes da data têm que repor o que receberam indevidamente e já houve situações difíceis de reposição. No entanto vai ver com os serviços se a situação é legal e depois informará.
- ⇒ Mercado – reafirmou uma vez mais que se vai fazer a discussão pública. Têm que estar em cima da mesa todas as vertentes e só depois tem que se tomar a decisão. O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, dizendo que a localização já está definida no PEDU.
- ⇒ Cinema – informou que ainda ontem assinou a adjudicação, que vem no seguimento do processo iniciado pelo Sr. Vereador Vítor Pereira. O adjudicatário agora vai ser notificado para apresentar documentos e assinar o contrato.
- ⇒ Logo é a tomada de posse do Governo, e se governarem bem é bom, se não o fizerem vão embora. O que nos interessa é o nosso concelho. Se o Governo fizer bem ao concelho terá o seu apoio, se não fizer terá a sua crítica.
- ⇒ Rua Esquerda, na Moita – está prevista em orçamento. O problema não é só de alcatrão, é mais profundo, e trata-se de uma obra para mais de 380 mil euros. E há problemas com as cedências. Se a parcela que se pediu não for cedida, e tal não impedir a obra, avançar-se-á, e se o passeio não for maior será menor. Esta situação também ocorre na Rua das Andorinhas. Muitas das construções na Moita estão à beira da estrada e é necessário convencer os munícipes para cederem para passeios. Nesta Rua Esquerda há condições para fazer passeios, se houver cedências.

- ⇒ Monumento aos Combatentes, na Moita – a limpeza é da competência da Junta de Freguesia, pelo que vai contactar o seu Presidente, para que seja feita.
- ⇒ Declaração de rendimentos – em resposta ao Sr. Vereador Aurélio, disse que mesmo que a vá buscar ao Tribunal Constitucional não a publicará. Se o Sr. Vereador a quiser disponibilizar publicá-la-á, senão, não será publicada. Não o critica, o Sr. Vereador fará o que entender, só que depois comentam que este item dificulta a posição no ranking.
- ⇒ Obras particulares - no âmbito do projecto da modernização administrativa estão a ser adquiridos os equipamentos necessários.
- ⇒ Data de entrada dos processos de obras particulares – informou o Sr. Vereador Aurélio que vai pedir a listagem à DOT, de modo a poder responder posteriormente.
- ⇒ Documentos truncados – o que está truncado é só a identificação dos técnicos, como forma de proteção, uma vez que eles dão o seu parecer. Particularmente, os interessados podem vir consultar os processos.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, dizendo que este procedimento denota falta de confiança nos Vereadores e que é uma forma de censura.
O **Sr. Presidente** disse que não é censura, mas que pode tirar outras ilações do pedido do Sr. Vereador.
- ⇒ Munícipes – referiu que os eleitos são mais abordados pelos munícipes quando andam por fora do que dentro da Câmara. Diz sempre às pessoas para lhe enviarem e-mail's, mas se quiserem vir também são bem-vindos. A virtude do poder local é estar junto das populações, uma vez que os autarcas também andam nas ruas e frequentam os mesmos lugares. Vir à reunião pública é um ato de cidadania, mas nem todos podem vir, por estarem a trabalhar, e para esses a Câmara tem outros meios para que lhe façam chegar os seus pedidos.
- ⇒ Tolerância de Natal – o Sr. Presidente informou que devido às tolerâncias de Natal, o mercado da Marinha Grande encerrará dias 24 e 26 de dezembro, e o de Vieira de Leiria nos dias 24 e 30.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 10:50 h às 11:05 h.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 29, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015

798 - Presente a ata n.º 29, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 12 de novembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 30, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2015

799 - Presente a ata n.º 30, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 16 de novembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE – ANO DE 2016

Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua primeira reunião, relativamente à periodicidade das suas reuniões ordinárias, apresenta-se em anexo o respetivo calendário para 2016.

A Câmara tomou conhecimento.

5 - REQ. N. 1541/15, DATADO DE 22/10/2015 – PC N.º 394/15, DATADO DE 22/10/2015 – NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO

800 - Presente requerimento n.º 1541/15, datado de 2015/10/22, constante do processo camarário n.º 394/15, subscrito por NELSON LEONEL DE SOUSA FRANCISCO, com o NIF n.º

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

261 053 140, com residência na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro de vedação*” existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.076, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 7.384, 9ª freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/16, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro de vedação*” existentes, a incidir sobre um prédio urbano sito na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20.076, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7.384, da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo camarário 394/15, com data de entrada em 2015/10/22, apresentado por NELSO LEONEL DE SOUSA FRANCISCO, com o NIF n.º 261 053 140, com residência na Rua Luciano Migueis, n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1325/15, DATADO DE 17/09/2015 – PC N.º 333/15, DATADO DE 17/09/2015 – RAMIRO GOMES MOLEIRINHO

801 - Presente pedido com o registo n.º 1325/15, datado de 2015/09/17 relativo a licenciamento de alterações e legalizações de edifício destinado a indústria e armazém, sito

na Rua Vale das Noras, n.º 3, Pilado, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.087 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.979-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 333/15, com data de entrada de 2015/09/17, apresentado por **RAMIRO GOMES MOLEIRINHO**, com o NIF 138 981 507, residente na Rua Principal, n.º 52, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura respetivo e a submissão do edifício ao regime de propriedade horizontal;
Presente informação técnica, datada de 16/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20º do RJUE.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento de alterações e legalizações de edifício destinado a indústria e armazém, sito na Rua Vale das Noras, n.º 3, Pilado, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.087 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.979-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 333/15, com data de entrada de 2015/09/17, apresentado por **RAMIRO GOMES MOLEIRINHO**, com o NIF 138 981 507, residente na Rua Principal, n.º 52, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1021/15, DATADO DE 24/07/2015 – PC N.º 248/15, DATADO DE 24/07/2015 – LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA

802 - Presente pedido com o registo n.º 1021/15, datado de 24/07/2015, relativo a **legalização de obras de ampliação de um edifício destinado a indústria**, sito na Rua da Machinha, n.º 878, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia de Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de

licenciamento n.º 248/15, com data de entrada de 24/07/2015, apresentado por **LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**, com o NIF 183 485 726, residente na Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 21/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de legalização de obras de ampliação de um edifício destinado a indústria, sito na Rua da Machinha, n.º 878, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1.316 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 343, da freguesia de Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 248/15, com data de entrada de 24/07/2015, apresentado por **LEONEL OLIVEIRA DE SOUSA**, com o NIF 183 485 726, residente na Rua do Sol, n.º 79, Guarda Nova, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Delibera, igualmente, informar que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 1344/15, DATADO DE 21/09/2015 – PC N.º 339/15, DATADO DE 21/09/2015 – MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA

803 - Presente requerimento n.º 1344/15, datado de 2015/09/21, constante do processo camarário n.º 339/15, subscrito por **MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA**, com o NIF 219677670, com residência em Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Construção de um edifício de habitação com 8 fogos e muros de vedação”*, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua António Sousa, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.786, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.218.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/11, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de um edifício de habitação com 8 fogos e muros de vedação*”, a levar a efeito num prédio rústico sito na Rua António Sousa, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.786, e inscrito na matriz predial rústica da afreguesaria de Marinha Grande sob o artigo número 6.218, com o número de processo 339/15, com data de entrada em 2015/09/21, apresentado por MARCO ANTÓNIO DUARTE ALVES LARANJEIRA, com o NIF 219677670, com residência em Rua das Saudades, n.º 12, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Apresentação, em igual período, de peça gráfica relativa à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO (ARRANJOS EXTERIORES)” - “DESENHO 04.01” contendo a representação do passeio e gare de estacionamento junto da Rua António de Sousa, nas seguintes condições:
 - Os materiais para a pavimentação do passeio deverão ser em blocos retangulares de betão da cor de areia (0,20mx0,10x0,06m), assentes em base de “Tout-Venant” com 0,15m de espessura e lancil de betão com uma espessura de 0,12m.
 - Os materiais para a pavimentação do estacionamento deverão ser em blocos retangulares de betão (0,20mx0,10mx0,08m), assentes em base de “Tout-Venant” com 0,20m de espessura e lancil de betão de gare com uma espessura de 0,08m.
3. Instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
4. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
5. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1614/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 282/15, DATADO DE 14/08/2015 – MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

804 - Presente requerimento n.º 1614/15, datado de 2015/11/05, constante do processo camarário n.º 282/15, subscrito por **MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA**, com o NIF 126525595, residente em Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, n.º 14, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.289, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.514. Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/11/10, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido, considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu; a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de moradia unifamiliar, anexo e muro de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5.289, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo número 3.514, com o número de processo 282/15, com data de entrada em 2015/11/05, apresentado por **MARIA ISABEL MALAQUIAS VIEIRA**, com o NIF 126525595, residente em Rua Álvaro Filipe Gouveia Pedrosa, n.º 14, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação do ato de aprovação da arquitetura, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1413/15, DATADO DE 01/10/2015 – PC N.º 226/14, DATADO DE 25/06/2014 – VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL

805 - Presente processo n.º 226/14, registado em 2014/06/25, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de

Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.131, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL**, com o NIF 113 788 711, residente na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/11/28.

Presentes projetos das especialidades que acompanham os requerimentos n.º 785/15 e n.º 1413/15, registados em 2015/06/03 e 2015/10/01, respetivamente, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE.

Presente parecer técnico, datada de 2015/10/08, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser tomada uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

A Câmara Municipal depois de analisar o processo camarário n.º 226/14, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de construção de anexo e piscina e da obra de alteração e ampliação da moradia, sita na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2.195 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14.131, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por VÍTOR JOSÉ RICARDO LEAL, com o NIF 113 788 711, residente na Rua da Juventude n.º 26 e 28, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2014/11/28, bem como o pareceres técnicos que sobre a pretensão recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2— Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEUMMG – Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1526/15, DATADO DE 20/10/2015 – PC N.º 116/09, DATADO DE 02/06/2009 – SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPESSOAL, LDA.

806 - Presente requerimento n.º 1526/15, datado de 2015/10/20, constante do processo camarário n.º 116/09, subscrito por **SANDRA MARINA FERREIRA, UNIPessoal, LDA.**, com o NIPC n.º 503 867 837, com sede em Rua Santos Barosa, n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento das alterações à obra de “Construção de um edifício destinado a clínica dentária”**, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.012, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.641, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/06/25. Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/11/11, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento das alterações à obra de “Construção de um edifício destinado a clínica dentária”, incidente sobre um prédio rústico, sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4.012, e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.641, com o número de processo camarário 116/09, com data de entrada em 2009/06/22, apresentado por SANDRA MARINA FERRERIA, UNIPessoal, LDA., com o NIPC n.º 503 867 837, com sede em Rua Santos Barosa, n.º 21, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1603/15, DATADO DE 03/11/2015 – PC N.º 106/15, DATADO DE 10/04/2015 – LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO

807 - Presente pedido com o registo n.º 1603/15, datado de 03/11/2015 referente à apresentação dos projetos de especialidade relativos ao licenciamento de alterações e ampliação de uma unidade industrial existente, localizada na Rua do Algarve, n.º 2, Trutas, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.056 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.417, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

106/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO, com o NIF 182 179 729, residente na Rua dos Oleiros, n.º 11, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 30/04/2015;

Presente informação técnica, datada de 11/11/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 12/11/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações e ampliação de uma unidade industrial existente, localizada na Rua do Algarve, n.º 2, Trutas, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.056 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1.417, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 106/15, com data de entrada de 10/04/2015, apresentado por LÍGIA MARGARIDA SALVADOR FRANCO, com o NIF 182 179 729, residente na Rua dos Oleiros, n.º 11, Trutas, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1237/15, DATADO DE 31/08/2015 – PC N.º 285/14, DATADO DE – CHRISTOPHE VINDEIRINHO

808 - Presente processo de licenciamento referente à obra de **alteração incidentes sobre frações destinadas a comércio para a sua utilização como garagens e arrumos**, no edifício

sito nas rua Diogo Stephens, n.º 40, da Freguesia e Concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.660 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 9.251, relativo às frações “A”, “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AF”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AM”, “AN” e “AO”, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 285/14, aprovado em reunião de Câmara de 28 de maio de 2015;

Presente requerimento n.º 1237/15, de 31/08/2015, apresentado por **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF n.º 221 177 752, residente na Avenida Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dto, Leiria, pelo qual é solicitada a emissão de certidão comprovativa da alteração da descrição da Propriedade Horizontal, relativa às frações objeto do processo de licenciamento n.º 285/14.

Presente parecer técnico datado de 21/11/2015, que atesta corresponder a nova descrição das frações “A”, “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AF”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AM”, “AN” e “AO” às condições resultantes do processo de licenciamento n.º 285/14;

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou DEFERIR e mandar emitir a certidão requerida por CHRISTOPHE VINDEIRINHO, com o NIF n.º 221 177 752, residente na Avenida Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dto, Leiria, referindo-se que o processo de licenciamento da alteração relativa às frações “A”, “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AF”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AM”, “AN” e “AO”, pertencentes ao edifício sito nas rua Diogo Stephens, n.º 40, da Freguesia e Concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16.660 e inscrito na matriz predial urbana da Marinha Grande sob o n.º 9.251, a que corresponde o processo de licenciamento n.º 285/14, foi aprovado em reunião de Câmara de 28 de maio de 2015, passando as frações “A”, “AB”, “AC”, “AD”, “AE”, “AG”, “AH”, “AI”, “AJ”, “AK”, “AL”, “AN” e “AO”, a que correspondem agora as áreas, respetivamente, de 19,99m², 19,54m², 21,06m², 18,36m², 18,37m², 17,98m², 17,31m², 17,65m², 17,64m², 17,65m², 62,35m², 39,23m² e 20,00m², e as permissões, respetivamente, de 3,73, 3,65, 3,93, 3,43, 3,43, 3,36, 3,23, 3,29, 3,29, 3,29, 11,64, 7,32 e 3,73, a ter o uso de “estacionamento” e as frações “AF” e “AM”, respetivamente com as áreas de 14,15m² e 53,73m², a que correspondem as permissões de 2,64 e de 10,03, a ter o uso de “arrumos”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1475/15, DATADO DE 13/10/2015 – PC N.º 374/15, DATADO DE 13/10/2015 – ADELINO RIBEIRO MARGARIDO

809 - Presente pedido com o registo de entrada n.º 1475/15, datado de 13/10/2015 relativo a **legalização de alterações e ampliação de edifício para instalação de serviços de creche e ATL**, a executar no edifício sito na Estrada de Leiria, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.662, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.303, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se

reporta o processo de licenciamento n.º 374/15, com data de entrada de 13/10/2015, apresentado por **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, com o NIF 112 782 884, residente na Estrada do Picheleiro, n.º 1, Barosa, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria; Presentes pareceres favoráveis do Instituto da Segurança Social IP, da Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, da Autoridade Nacional de Proteção Civil e do Serviço de Saúde Pública da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 23/11/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido e os projetos de especialidade que o acompanham em condições de ser aceites, encontrando-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à legalização de alterações e ampliação de edifício para instalação de serviços de creche e ATL, a executar no edifício sito na Estrada de Leiria, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.662. e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 11.303, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 374/15, com data de entrada de 13/10/2015, apresentado por **ADELINO RIBEIRO MARGARIDO**, com o NIF 112 782 884, residente na estrada do Picheleiro, n.º 1, Barosa, freguesia de Marrazes e Barosa e concelho de Leiria.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1617/15, DATADO DE 05/11/2015 – PC N.º 339/14, DATADO DE 07/10/2014 – CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA, ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO, JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA, PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA E FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA

810 - Presente processo n.º 339/14, registado em 2014/10/07, referente **licenciamento de obra de alteração, de ampliação e legalização de edifício de habitação existente**, com alteração de uso de habitação com um fogo para edifício de habitação com três fogos, sito na Av. Marginal, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 2.976 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.692, apresentado por **CARLOS MANUEL ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1.º andar direito, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, **ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO**, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, **JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, **PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1.º F no lugar de Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12.º andar direito, freguesia de Portela, concelho de Loures, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/05/28.

Presentes projetos das especialidades que acompanham os requerimentos n.º 1336/15 e n.º 1617/15, registados em 2015/09/18 e 2015/11/05, respetivamente, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º e n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico, datada de 2015/11/11, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites e de ser tomada uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após análise da pretensão, como do parecer técnico datado de 2015/11/11 que sobre a mesma recaía, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro o pedido de licenciamento de obra de alteração, de ampliação e legalização de edifício de habitação existente, com alteração de uso de habitação com um fogo para edifício de habitação com três fogos, sito na Av. Marginal, n.º 8, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigido no prédio urbano inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 2.976 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3.692, apresentado por CARLOS MANUEL

ROLDÃO ALVES VIEIRA, com o NIF 121468763, residente na Rua Maestro Frederico de Freitas, n.º 11, 1ª andar direito, freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, **ANA MARGARIDA DA SILVA DOMINGOS SILVÉRIO**, com o NIF 197402119, residente na Rua Marques de Pombal, n.º 92, 1ª, freguesia e concelho de Marinha Grande, **JORGE GUILHERME VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 210756608, residente na Rua Luís de Camões, n.º 45-B, R/C direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, **PEDRO MIGUEL VIEIRA MARIA DA SILVA**, com o NIF 186693176, residente na Rua das Figueiras, n.º 26, 1ª F no lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, **FERNANDO ROLDÃO ALVES VIEIRA**, com o NIF 160571545, residente na Rua Diogo Cão, n.º 1, 12ª andar direito, freguesia de Portela, concelho de Loures, a que respeita o processo camarário n.º 339/14, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/05/28.

Mais delibera:

- 1- Deverá, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, no prazo de um ano a contar da notificação do ato de licenciamento, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2- Deverá, nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.
- 4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 5- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do RMEU, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1674/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 424/15, DATADO DE 12/11/2015 – LINDA MARIE BUSCH

811 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1674/15 de 12/11/2015, apresentado por **LINDA MARIE BUSCH**, com o NIF 233790403, com morada em 1705 South Branch Drive, Whitehouse Station, New Jersey, Estados Unidos, representada por Ricardo Miguel Gomes Marcelino, com o NIF 216989698, com domicílio profissional em Rua de Alcobaça, n.º 9, freguesia e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para a fração “B” do edifício sito em Rua do Por do Sol, n.º 21, Lote 103, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1285/1983, titulada pelo alvará de construção n.º 632, emitido em 19/08/1984.

Presente parecer técnico datado 18/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “B” do edifício sito em Rua do Por do Sol, n.º 21, Lote 103, S. Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de LINDA MARIE BUSCH, com o NIF 233790403, com morada em 1705 South Branch Drive, Whitehouse Station, New Jersey, Estados Unidos, representada por Ricardo Miguel Gomes Marcelino, com o NIF 216989698, com domicílio profissional em Rua de Alcobaça, n.º 9, freguesia e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1739/15, DATADO DE 20/11/2015 – PC N.º 6/13, DATADO DE 04/01/2013 – VÍTOR MANUEL MATOS FRANCO

812 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1739/15 de 20/11/2015, apresentado por **VÍTOR MANUEL MATOS FRANCO**, com o NIF 167052578, com morada em Rua Afonso Lopes Vieira, n.º 46 2.º Direito Frente, freguesia e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização o edifício sito em Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 6/13.

Presente parecer técnico datado 20/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de VÍTOR MANUEL MATOS FRANCO, com o NIF 167052578, com morada em Rua Afonso Lopes Vieira, n.º 46 2.º Direito Frente, freguesia e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1730/15, DATADO DE 19/11/2015 – PC N.º 944/94, DATADO DE 14/10/1994 – AURÉLIO INÁCIO GOMES

813 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1730/15 de 19/11/2015, apresentado por **AURÉLIO INÁCIO GOMES**, com o NIF 102453551, com morada em Rua Principal, n.º 57, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 944/94.

Presente parecer técnico datado 20/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Agriões, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de AURÉLIO INÁCIO GOMES, com o NIF 102453551, com morada em Rua Principal, n.º 57, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1605/15, DATADO DE 03/11/2015 – PC N.º 313/14, DATADO DE 17/09/2014
– ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA

814 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 954/15 de 10/07/2015, apresentado por **ARTUR DA SILVA LOPES DE ALMEIDA**, com o NIF 129856843, com morada em Rua da Serraria, n.º 66, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “A” do edifício sito em Rua 25 de Abril, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de legalização de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 313/14.

Presente parecer técnico datado 23/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A” do edifício sito em Rua 25 de Abril, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de ARTUR DA

SILVA LOPES DE ALMEIDA, com o NIF 129856843, com morada em Rua da Serraria, n.º 66, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**20 - REQ. N. 1516/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 440/2015, DATADO DE 19/10/2015
– SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE**

815 - Presente despacho do Presidente da Câmara Municipal n.º 552/15, de 11-11-2015, a isentar a SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE, do pagamento das taxas devidas pela ocupação da via pública e emissão do respetivo alvará, para execução de obras de pintura da sua sede, sita na rua Central, n.º 148, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, por concordar com os seus fundamentos de facto e de direito, delibera, ao abrigo do n.º 3 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal n.º 552/2015, datado de 11-11-2015, referente ao deferimento de um pedido com registo de entrada n.º 1516/15, de 19-10-2015, apresentado pela Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense, com o NIPC 501372121, e sede na rua Central, n.º 148, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a isenção do pagamento das taxas urbanísticas, devidas pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público e da emissão do respetivo alvará, para execução de obras de pintura no edifício da sua sede, no valor de 104,00 euros (cento e quatro euros).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - REQ. N. 1520/15, DATADO DE 19/10/2015 – PC N.º 442/2015, DATADO DE 19/10/2015
– TECFIL TÉCNICA FABRICO DE FIOS, SA**

816 - Presente pedido com o registo de entrada n.º 1520/15, datado de 19/10/2015, a que corresponde o processo camarário n.º 442/2015, de 19/10/2015, relativo a **emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal**, no âmbito do disposto no regime de regularização extraordinária de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, referente a atividade industrial desenvolvida nas instalações situadas na Rua das Madressilvas, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **TECFIL TÉCNICA FABRICO DE FIOS, SA**, com o NIPC 503 883 077, com sede na Rua das Madressilvas, Cova do Lobo, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 22/10/2015, que refere **não se enquadrar** o pedido formulado no objeto definido pelo regime de regularização extraordinária de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

INFORMAR a sociedade requerente, **TECFIL TÉCNICA FABRICO DE FIOS, SA**, com o NIPC 503 883 077, com sede na Rua das Madressilvas, Cova do Lobo, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, que o presente pedido de emissão de certidão de reconhecimento de interesse público municipal não se enquadra no objeto do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, não podendo ser emitida a certidão requerida, dado que:

- 1.- O objeto do diploma citado, definido no seu artigo 1º, reporta-se à *“(...) regularização de estabelecimentos e explorações existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública (...)”*, nos termos da alínea a) desse número, ou à *“(...) alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões e restrições de utilidade pública (...)”*, nos termos da alínea b) do mesmo número;
- 2.- O estabelecimento detém, atualmente, um título de exploração válido e eficaz, não se enquadrando na alínea a) referida;
- 3.- As alterações ou ampliações pretendidas não contrariam os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou servidões e restrições de utilidade pública aplicáveis, não se enquadrando na alínea b) citada.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

DELIBERA, igualmente e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo n.º 102-A do RJUE, **NOTIFICAR** a empresa **TECFIL – TÉCNICA FABRICO DE FIOS, SA.**, detentora do NIPC 503 883 077, com sede na Rua das Madressilvas, Cova do Lobo, Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, que deverá proceder à legalização da operação urbanística realizada sem o competente procedimento de controle prévio, reportada no presente pedido e referente à execução de *“(…) uma zona de armazém a nascente e um novo posto de transformação de energia, totalizando 1.251,00 m2 de área coberta (…)* , devendo para o efeito apresentar, no prazo de 30 dias a contar da data da notificação, o respetivo processo de legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 1387/15, DATADO DE 29/09/2015 – PC N.º 402/2015, DATADO DE 29/09/2015 – FAZCAR II – COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA

817 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1387/15, datado de 29-09-2015, apresentado por **FAZCAR II – COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA**, com o NIPC 510 828 183, com sede na Rua das Andorinhas, n.º 23 A, Lameira de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, **Fazcar II – Comércio de embalagens, Lda**, com sede na Rua das Andorinhas, n.º 23-A, Lameira de Picassinos, Freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- **Fazcar II – Comércio de Embalagens, Lda**, com sede na rua das Andorinhas, n.º 23 A, Lameira de Picassinós, Freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial que se dedica ao fabrico, comércio, importação e exportação de embalagens de cartão, no mesmo local da sua sede, cuja área de construção é de 699,80 m², pretendendo a interessada proceder não só à sua regularização como, também, à sua ampliação em mais 346,00 m²;
- O índice de construção bruto da unidade industrial, depois de ampliada será de 0,74 quando, para o local (“Restante área urbana”), o n.º 8 do artigo 5.º do Regulamento Plano Diretor Municipal da Marinha Grande prevê um índice de construção bruto de 0,6;
- A dita ampliação destina-se a criar condições espaciais para incrementar a produtividade da empresa, que tem ao seu serviço 7 trabalhadores;
- A faturação dos dois últimos anos foi de 368.700,00 euros, no ano de 2013 e de 412.500,00 euros, no ano de 2014;
- Segundo a interessada a deslocalização da empresa teria custos elevados, quer por implicar a sua paragem, durante cerca de um mês, e consequente perda de clientes, mas também por ser necessário adquirir um novo terreno, licenciar as novas instalações, desmantelar e reinstalar a maquinaria o que, tudo somado, rondaria os 800.000,00 euros;
- A futura ampliação da empresa assume relevante interesse público municipal, não só porque tal circunstância é demonstrativa que a mesma se encontra em crescimento e por isso mantém os seus postos de trabalho, mas também porque, dessa forma, contribui para o desenvolvimento económico local e para o bem-estar da população do concelho.

Por todo o circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua das Andorinhas, n.º 23-A, Lameira de Picassinós, Freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de FAZCAR II – COMÉRCIO DE EMBALAGENS, LDA, com o NIPC 510 828 183 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*

- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 7 trabalhadores, que factura 412 m€, na produção de embalagens de cartão, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

23 - REQ. N. 1464/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 425/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA

818 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1464/15, datado de 09-10-2015, apresentado por **NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS LDA**, com o NIPC 500 203 130, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento (“polo 2”), sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **Normax-Fábrica de Vidros Científicos, Lda**, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial (“polo 2”), sito naquela morada, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Normax – Fábrica de Vidros Científicos Lda**, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, da freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, que se dedica à fabricação e transformação de vidros técnicos para as áreas da saúde, educação, investigação, controlo e indústria, cuja unidade industrial denominada “polo 2”- local onde se processa a transformação do vidro produzido no “polo 1”- pretende ampliar;
- A ampliação destina-se a criar 2 gabinetes de apoio à expedição (num total de 80 m2); aumentar a área de armazenagem, num piso elevado, em mais 110,00 m2; criar dois telheiros, um com 216,00 m2 para cargas e um outro para estacionamento com 134,00 m2;
- Depois de ampliada a unidade industrial em questão - por se localizar de acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande na envolvente da área central do aglomerado urbano da Marinha Grande – o índice de construção bruto será de 0,83, quando o regulamento daquele plano, no n.º 8 do seu artigo 5.º, prevê para o local, apenas, 0,8;
- A sociedade iniciou a sua atividade em 1975, tendo começado, nos anos 80, em resultado da evolução dos processos de fabrico que foi introduzindo, a exportar para a Alemanha e Espanha;
- Atualmente exporta para mais de 50 países;
- A aposta na exportação permitiu que crescesse e se desenvolvesse, de modo que, no ano de 2013, o seu volume de faturação ascendeu a 7.088,334 euros e em 2014 a 7.235.921 euros, sendo que nesses dois anos 27% dessa faturação resultou da exportação direta dos seus produtos;
- Em resultado desse desenvolvimento a empresa tem, atualmente, 95 trabalhadores ao seu serviço;
- A deslocalização do estabelecimento traria custos inportáveis que, de acordo com a interessada, para além de ascenderem aos 3.161.813 euros, obrigariam à suspensão da sua atividade durante algum tempo, deixando, assim, a mesma de dar resposta rápida aos seus clientes, que acabaria, em consequência disso, por perder;
- A ampliação em causa - nomeadamente a criação de gabinetes para apoiar a expedição, o aumento da área de armazenagem, a criação de um telheiro sobre as zonas do cais de carga do armazém e da área de transformação, exigência do INFARMED - destina-se a

proporcionar melhores condições de produção, importantes para o crescimento da empresa e para garantir a qualidade dos produtos;

- O crescimento de uma empresa é, também, garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;

- Todos esses fatores contribuem para que a ampliação, já descrita, do estabelecimento assuma um interesse público municipal que importa reconhecer;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial - correspondente ao “polo 2” - sito na rua Santa Isabel, n.º 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de NORMAX – FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA, com o NIPC 500203130 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 40 anos e 95 trabalhadores, que factura mais de 7M€, na produção de vidros técnicos, exportando um valor significativo, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

24 - REQ. N. 1465/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 426/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA

819 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1465/15, datado de 09-10-2015, apresentado por **NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA**, com o NIPC 500 203 130, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento (“polo 1”), sito no n.º 12 da mesma rua, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **Normax-Fábrica de Vidros Científicos, Lda**, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial (“polo 1”), sito no n.º 12 da mesma morada, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Normax – Fábrica de Vidros Científicos Lda**, com sede na Rua Santa Isabel, n.º 17, da freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, que se dedica à fabricação e transformação de vidros técnicos para as áreas da saúde, educação, investigação, controlo e indústria, cuja unidade industrial denominada “polo 1”- local onde se fabrica o vidro utilizado quer neste polo, quer no polo 2- pretende ampliar, construindo uma instalação de vestiário para operários, com 32 m2;
- A interessada pretende, ainda, legalizar uma cobertura do logradouro frontal com 119 m2, com vista à proteção da área utilizada para manuseamento das diversas matérias-primas utilizadas na fabricação do vidro;
- Depois de ampliada a unidade industrial em questão – por se localizar, de acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, na envolvente da área central do aglomerado urbano da Marinha Grande – o índice de construção bruto será de 1,1, quando o regulamento daquele plano prevê, no n.º 8 do seu artigo 5.º, para o local, apenas, 0,8;
- A sociedade iniciou a sua atividade em 1975, tendo começado, nos anos 80, em resultado da evolução dos processos de fabrico que foi introduzindo, a exportar para a Alemanha e Espanha;
- Atualmente exporta para mais de 50 países;
- A aposta na exportação permitiu que crescesse e se desenvolvesse, de modo que, no ano de 2013, o seu volume de faturação ascendeu a 7.088,334 euros e em 2014 a 7.235,921 euros, sendo que nesses dois anos 27% dessa faturação resultou da exportação direta dos seus produtos;
- Em resultado desse desenvolvimento a empresa tem, atualmente, 95 trabalhadores ao seu serviço;
- A deslocalização do estabelecimento traria custos inoportáveis que, de acordo com a interessada, para além de ascenderem aos 3.161.813 euros, obrigaria à suspensão da sua atividade durante algum tempo, deixando, assim, a mesma de dar resposta rápida aos seus clientes, que acabaria, em consequência disso, por perder;
- A ampliação e a legalização destinam-se a criar melhores condições na empresa, nomeadamente para os seus trabalhadores, através da criação de vestiário e para a proteção das matérias primas, no caso da cobertura do logradouro;
- O seu crescimento e desenvolvimento, traduzidos nas obras que executou e pretende efetuar, são garantia da manutenção dos postos de trabalho, circunstância relevante numa época em que o desemprego continua a assumir valores muito elevados;
- Todos esses fatores contribuem para que a ampliação e legalização, já descritas, do estabelecimento (“polo 1”) assumam um interesse público municipal que importa reconhecer;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial - correspondente ao “polo 1” - sito na Rua Santa Isabel, n.º 12,

freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de NORMAX – FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA, com o NIPC 500 203 130 e sede no número 17 da mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Camara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 40 anos e 95 trabalhadores, que factura mais de 7M€, na produção de vidros técnicos, exportando um valor significativo, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

25 - REQ. N. 1459/15, DATADO DE 09/10/2015 – PC N.º 423/2015, DATADO DE 09/10/2015 – NEORELVA - PLÁSTICOS, SA

820 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1459/15, datado de 09-10-2015, apresentado por **NEORELVA - PLÁSTICOS, SA**, com o NIPC 501702377, com sede Rua da Áustria, n.º 77 da Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento (pavilhão situado no lote 14 daquela zona industrial), ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma. O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade **Neorelva – Plásticos, S.A.**, com sede na Rua da Áustria, n.º 77, da Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial (pavilhão situado no lote 14 daquela zona industrial), sito naquela morada, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- **Neorelva – Plásticos, S.A.**, com sede na Rua da Áustria, n.º 77, na Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial que se dedica à transformação e comercialização de matérias plásticas;
- A interessada ampliou o seu pavilhão industrial, situado no lote n.º 14 da Zona Industrial da Marinha Grande em 325 m², passando a área de construção, na sua totalidade, a perfazer 3.313,00 m² e aumentou a área impermeabilizada em 2.427,00 m², para um total de 4.876,00 m², o que equivale a 75,3% da área do lote;
- A ampliação executada, sem a respetiva licença, apresenta em conjunto com a construção licenciada, um índice de ocupação de 0,51, o que viola a alínea a) do artigo 2.º do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande, que prevê que o máximo seja de 0,5;
- A área impermeabilizada dentro do lote, incluindo a das áreas licenciadas, é de 75,3%, superior à área máxima de 65% admitida pela alínea g) do referido artigo 2.º;

- As ampliações consistiram na construção de telheiros para armazenamento de matérias-primas e produtos acabados para expedição, uma sala de refrigeração, uma sala de composição de matérias-primas e uma área de silos;
- Essas construções correspondem à época de expansão da produção e foram executadas para dar resposta às necessidades que foram sendo sentidas ao longo dos anos, nomeadamente instalação de equipamentos de frio de circuito fechado com maior potência e maiores dimensões, colocação de 3 silos, que permitiram aligeirar o trabalho físico dos trabalhadores, na medida em que as máquinas passaram a receber a matéria-prima de forma automatizada;
- A impermeabilização de uma maior área deveu-se à necessidade de armazenar paletes de matérias-primas, paletes de madeira e, ainda, artigos plásticos para reaproveitamento interno, e para criar melhores condições de manobra por parte dos camiões que circulam dentro do lote;
- O valor da faturação atingiu os 8.700.000,00 euros, em 2013 e os 7.700. 00,00 euros no ano de 2014;
- Possui, atualmente, ao seu serviço 72 trabalhadores;
- A deslocalização da empresa acarretaria graves prejuízos sociais e económicos, nomeadamente por a suspensão da sua laboração, durante o tempo necessário para a sua reinstalação, conduzir à perda de clientes e, conseqüentemente, ao despedimento de trabalhadores;
- A falta de espaço para se expandir é um problema com o qual a empresa se tem vindo a debater e que a levou a adquirir o lote n.º 44 daquela zona industrial;
- As obras de ampliação levadas a cabo pela empresa, em violação do Plano de Pormenor em vigor para o local, são necessárias para o seu bom funcionamento e para garantir a qualidade da sua produção;
- O empenho manifestado pela interessada em investir e fazer crescer a sua empresa, nomeadamente modernizando e aperfeiçoando os seus métodos de trabalho, permite criar riqueza no concelho e gerar emprego, condições necessárias para o bem-estar social e para o crescimento da economia local;
- Todas essas circunstâncias devem, por isso, ser reconhecidas como de relevante interesse público municipal;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua da Áustria, n.º 77, da Zona Industrial da Marinha Grande, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de NEORELVA PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 501702377 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) *Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao índice de construção”*
- b) *O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 40 anos e 95 trabalhadores, que factura mais de 7M€, na produção de vidros técnicos, exportando um valor significativo, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

26 - REQ. N. 1639/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 478/2015, DATADO DE 09/11/2015 – DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO

821 - Presente pedido de parecer solicitado pela **Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro**, no âmbito do Regime de Regularização estabelecido com carácter extraordinário pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativo à exploração de suinicultura/produção de leitões/intensivo (classe 1) que a empresa **Agropecuária Santo**

André, Lda., desenvolve nas suas instalações sitas na Quinta do Fagundo, Amieira, Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 18/11/2015.

A Câmara delibera INFORMAR, no âmbito do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que sobre o pedido em causa foi proferido o seguinte PARECER:

1.- Por deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal realizada a 21/09/2015, foi decidido atribuir à Agropecuária Santo André, Lda, situada na Quinta do Fagundo, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, o reconhecimento de interesse público municipal.

2.- A unidade de produção em causa não detém qualquer título de autorização de utilização;

3.- As atuais instalações compreendem áreas destinadas a quarentena, maternidade, baterias, gestação, inseminação, enfermaria e veterinário, para além de áreas de apoio diverso, apresentando uma área total de construção de 6.180,00 m²;

4.- Através do processo de licença de construção n.º 597/91, de que resultou a licença de construção n.º 740/91, de 16 de agosto, encontra-se licenciada uma área de 2.035,00m²;

5.- As alterações registadas entre os elementos constantes no processo de licenciamento e o existente não foram objeto de qualquer processo de licenciamento ou de regularização.

6.- No conjunto, entre as áreas ampliadas e as várias edificações executadas sem a respetiva licença de construção, verifica-se um aumento de área construída, face à licenciada, de 4.145,00 m².

7.- Constata-se igualmente que esta instalação se localiza à distância de 7,0m de uma das suas extremas.

8.- A exploração situa-se numa área designada pelo PDM da Marinha Grande como “agroflorestal”, sendo que o artigo 14º do seu regulamento estabelece o seguinte:

1 – Os espaços agro-florestais identificados na carta de ordenamento do concelho correspondem a áreas cujos solos, consoante a sua capacidade de uso, poderão ter utilização agrícola, florestal ou de pastorícia e avícola.

2 – Nestes espaços é admitida, como actividade complementar, a caça.

3 – Carecem de licença da Câmara Municipal:

As acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas ou florestais;

As acções de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável.

4 – As construções a licenciar deverão apoiar-se em acessos ou caminhos existentes e serem autónomas em relação ao abastecimento de água e drenagem de esgotos, salvo se o titular custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.

9.- Neste contexto, verifica-se que o uso pretendido (suinicultura) é compatível com a classe estabelecida para este solo.

10.- Os critérios de edificabilidade estabelecidos pelo mesmo regulamento, no seu artigo 11º são os seguintes:

“(…)

1- Nas áreas não urbanizáveis, sem prejuízo das condicionantes associadas a cada área, nomeadamente RAN e REN, e para além dos casos previstos no artigo anterior e nas áreas de habitat disperso previstas no artigo seguinte, os quais se regem pelas disposições expressas, somente será licenciada a edificação quando esta for destinada à habitação e estiver vinculada à actividade agrícola ou florestal ou de apoio às infraestruturas e nas seguintes condições:

a) Só é permitida a edificação de habitação em parcelas de cadastro com dimensão igual ou superior a 0,5 ha;

b) As novas construções destinadas à habitação terão uma área máxima variável entre 200 m² e 300 m², consoante a dimensão da propriedade, nos seguintes termos:

<i>Dimensão da propriedade</i>	<i>Área máxima de construção</i>
<i>De 0,5 ha a 5 ha</i>	<i>200 m²</i>
<i>Superior a 5 ha</i>	<i>300 m²</i>

c) Os edifícios de apoio às actividades agrícolas e florestais, sem prejuízo das limitações associadas a cada área, regem-se pelo disposto na alínea anterior.

2- As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis ficam sujeitas às seguintes prescrições de ordem geral:

a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.), aos limites da parcela é de 15 m;

b) O abastecimento de água, a drenagem de esgotos e as infra-estruturas eléctricas deverão ser resolvidos por sistema autónomo, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas;

c) As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis não poderão exceder os dois pisos para habitação e um piso para os anexos agrícolas;

d) Nas construções com dois pisos, a área de pavimento do piso superior não poderá exceder 60% da área de pavimento do piso térreo ou piso inferior;

e) Exceptuam-se destas duas últimas disposições os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas. (...)”

11.- Verifica-se, assim, que as edificações existentes não respeitam as alíneas b) do n.º 1, por força da aplicação da alínea c) do mesmo número, e a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM.

12.- Neste contexto, informa-se que os edifícios existentes violam, atualmente, o disposto nas alíneas b) do n.º 1, por força do disposto na alínea c) do mesmo número, e a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM da Marinha Grande, sendo atualmente a violação deste Instrumento de Gestão Territorial o obstáculo ao licenciamento da exploração.

13.- Informa-se, igualmente, que de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Marinha Grande, aprovado por despacho do sr. Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), datado de 28/08/2015, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que aprovou o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), a área em que se encontra a unidade agro-pecuária

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

está classificada como sendo de risco de incêndio Muito Baixo, localizando-se numa área de ocupação de solo agrícola, sendo a instalação em causa compatível com este Plano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2016 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO

822 - Presente ofício da Agência Portuguesa do Ambiente com referência SO58999-201511-ARHCTR registado com a entrada n.º 9961/2015 de 17 novembro 2015, solicitando que a Câmara Municipal nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, manifeste o interesse em manter as condições para a prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, para as águas balneares já identificadas bem como possíveis propostas para novas águas balneares para a época 2016.

É igualmente solicitado a definição da duração da época balnear — artigo 5.º da legislação referida anteriormente.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território Divisão, IM/62/2015, datada de 20 Novembro 2015.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, a Câmara delibera informar que nos termos do número 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º135/2009 de 3 de Junho com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, *“competete à APA, I. P., proceder à identificação anual das águas balneares, até 30 de novembro do ano precedente ao da época balnear em causa, com a colaboração das autarquias locais e das entidades responsáveis por descargas no meio hídrico e no solo”, as águas balneares costeiras*, com interesse em manter as condições da prática balnear, as infraestruturas, equipamentos e assistência a banhistas, à semelhança dos anos anteriores, no Município da Marinha Grande são: a **Praia da Vieira** (ARHCentro), as Praias das **Pedras Negras**, **Praia Velha** e **S. Pedro de Moel** (ARH Tejo).

Mais se informa que de acordo com o preceituado no número 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, a duração da época balnear para cada água balnear é definida em função dos períodos em que se prevê uma grande afluência de banhistas, tendo em conta as condições climáticas e as características geofísicas de cada zona ou local, e os interesses sociais ou ambientais próprios da localização.

Desta forma tendo em conta o exposto anteriormente e ao balanço da época balnear de 2015, **propõe-se a duração da próxima época balnear 2016 de 15 de Junho a 15 de Setembro de 2016.**

Relativamente à informação de *“...quais as expetativas, de nas praias do Município, ficar assegurada a segurança dos banhistas na próxima época balnear de 2015...”*, a câmara

delibera informar, que à semelhança dos anos anteriores, ao serem definidas as épocas balneares é fixado o período de tempo ao longo do qual vigora a obrigatoriedade de garantia da assistência aos banhistas e encontrando-se as praias do município concessionadas – sendo que uma Praia concessionada é uma área de uma praia relativamente à qual é licenciada ou autorizada a prestação de serviços a utentes por entidade privada (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto) em que o Concessionário é o titular de licença ou autorização para a exploração de equipamentos ou instalações balneares, mediante o pagamento de uma taxa, bem como prestação de determinados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes da praia (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto), o Município da Marinha Grande espera o cumprimento das obrigações cometidas a cada uma das entidades.

Deste modo a Câmara analisou e delibera, por unanimidade, comunicar até ao dia 30 de novembro à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Tejo e ARH Centro, a presente deliberação.

28 - PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONSULTA PÚBLICA

O **Sr. Presidente** fez uma breve explicação do documento em apreço, tendo solicitado a presença na reunião da Chefe da Divisão de Administração e Modernização, **Dr.ª Lina Frazão**, para esclarecer algumas questões suscitadas pelos Srs. Vereadores.

Depois de esclarecidas algumas dúvidas, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** sugeriu que se acrescentasse o seguinte:

- no n.º 5 do artigo 8.º do Projeto de Regulamento, *“sem prejuízo do n.º 3”*;
- que seja aditado a este mesmo artigo 8.º o ponto 6, com a seguinte redação: *“Os estabelecidos classificados no Grupo 2, que disponham de um afastamento superior a 500 m em relação a edifícios de habitação, individual ou coletiva, podem funcionar diária e ininterruptamente.”*

Foi também sugerido que sejam acrescentadas, nas entidades a consultar, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Autoridade Marítima Nacional.

Seguidamente, o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

823 - O Regime de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais encontra-se plasmado no Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, e tem sofrido sucessivas alterações através dos Decretos-Leis n.º 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro e 48/2011, de 1 de abril e, recentemente, pelo 10/2015 de 16 de janeiro.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

O Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município da Marinha Grande foi aprovado pela Assembleia Municipal da Marinha Grande no dia 31 de maio de 2013, por proposta da Câmara Municipal da Marinha Grande, aprovada em reunião de 16 de maio de 2013.

O Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, veio introduzir uma importante alteração ao n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, ao estabelecer que os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, os estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos têm horário de funcionamento livre.

Por outro lado, o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, passa a ter a seguinte redação: *As câmaras Municipais, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe, podem restringir os períodos de funcionamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos.*

Dispõe ainda o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na sua atual redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que os órgãos municipais devem adaptar os regulamentos municipais sobre horários de funcionamento em função do novo n.º 1 do artigo 1.º ou do artigo 3.º desse mesmo diploma.

Com a entrada em vigor, no dia 07 de abril de 2015, do novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os procedimentos respeitantes à elaboração dos regulamentos administrativos regem-se pelo Capítulo I, Título II do CPA, nomeadamente, através dos artigos 97.º a 101.º.

Nesse âmbito, quando o número de interessados seja de tal forma elevado que a audiência se torne incompatível, ou quando a natureza da matéria o justifique, deverá o projeto de regulamento ser submetido a discussão pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República, de acordo com a alínea c), do n.º 3, do artigo 100.º, e n.º 1, do artigo 101.º do CPA.

Pelo exposto, na sequência da informação I/1630/2015, datada de 23 de novembro de 2015, e nos termos do n.º 1, do artigo 101.º do CPA, a Câmara Municipal apreciou e deliberou submeter a consulta pública, pelo período de trinta dias úteis, o Projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços (Anexo g), após a introdução das alterações que foram sugeridas na discussão do documento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

824 - A Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande-Capela do Pilado, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para almoço convívio a realizar no dia de dezembro de 2015.

O Clube Atletismo de Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para 10º Corta Mato Jovem Rota do Vidro no dia 13 de dezembro de 2015.

Presentes informações nºs 81/AF e 82/AF, de 23 de novembro de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às actividades identificadas, isentar a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Marinha Grande-Capela do Pilado e o Clube Atletismo de Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: MARIA ADELAIDE DIAS NATÁRIO FERREIRA - DEFERIMENTO.

825 - Presente Informação Jurídica n.º 1566/2015, de 12.11.2015, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo V);

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Presente Auto da Inquirição efetuada pela DJC ao trabalhador João Freixo Mendes, de 12.11.2015 (anexo IV)

Presente Participação da P.S.P. – Esquadra da Marinha Grande – registo de entrada n.º 9070/2015, de 20.10.2015 (anexo III).

Presente Informações da DISU, de 16.09.2015 e 11.11.2015, enviadas via Webdoc, associadas à E/ 6174/2015, de 17.07.2015 (anexo II).

Presente requerimentos n.ºs E/6174/2015, de 17.07.2015, e E/9363/2015, de 29.10.2015, apresentados por Maria Adelaide Dias Natário Ferreira, aos quais junta fatura de reparação do veículo automóvel Citroën Saxo, com a matrícula 73-93-QV e requer indemnização no valor de 86,10 € correspondente ao valor da reparação dos danos causados no referido veículo, em 15 de julho de 2015, quando se encontravam a decorrer trabalhos de limpeza e pintura no muro de vedação da Escola Básica da Várzea, confinante com a Travessa Joaquim Marques Nobre, e executados pela Câmara Municipal (anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação jurídica n.º 1566/2015, de 12.11.2015, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a requerente Maria Adelaide Dias Natário Ferreira, contribuinte n.º 179 674 226, condutora do veículo automóvel, ou o proprietário deste, Aquilino Ferreira, contribuinte n.º 154 415 790, no montante de 86,10 € (oitenta e seis euros e dez cêntimos), na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da fatura e recibo emitidos pela Sociedade Vulcanizadora Carlos & Mariana, Lda em nome da requerente Maria Adelaide Dias Natário Ferreira, contribuinte n.º 179 674 226, condutora do veículo automóvel, ou do proprietário deste, Aquilino Ferreira, contribuinte n.º 154 415 790.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

826 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.

- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE "CONTROLO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA O CONSUMO HUMANO PARA O ANO 2016", NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

827 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento

Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação EM/18/2015 de 19/10/2015 e requisição interna 18432/2015, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 09/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para contratar a prestação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016”*, na classificação orgânica/económica 07/020220, na ação do PAM 2013/A/58, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 21.134 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1, 2 e 10 todos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 23/11/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para a prestação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Controlo da qualidade de água para o consumo humano para o ano 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, LEVANTAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE CONTADORES, CORTE, REVISÃO DE CORTE E REABERTURA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA O ANO DE 2016 E 2017”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

828 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro,

alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação I/1553/2015 e requisição interna 18291, da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar os *“Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 23/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o concurso público, previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado e que os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do procedimento de contratação pública.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016 e 2017 para a contratação dos *“Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017”*, nas classificações orgânica/económica 03/ 02022507 e 03/070110, ação do PAM 2014/A/88 e do PPI 2014/I/170, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 188.332 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1, 2 e 10 todos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 23/11/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para a contratação dos *“Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de instalação, levantamento e substituição de contadores, corte, revisão de corte e reabertura do fornecimento de água para o ano de 2016 e 2017”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ANUAL DA REDE DE INCÊNDIO ARMADA DA CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS PELO PERÍODO DE 3 ANOS”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

829 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;

- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 1085/2015 e informação I/639/2015, da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação de “*Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura – Teatro Stephens pelo período de 3 anos*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 03/06/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa KSB, BOMBAS E VÁLVULAS, S.A., NIPC 500 020 620 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016, 2017 e 2018 para a contratação de “*Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura – Teatro Stephens pelo período de 3 anos*”, na classificação orgânica/económica 05/020219, na ação do PAM 2015/A/158, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 4.200 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa

legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que o preço base a aplicar é inferior a 5.000 euros, mas que o procedimento é o ajuste direto nos termos do artigo 20º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos (CCP) e não o ajuste direto simplificado previsto no artigo 128º do CCP, por o CCP não permitir a adoção do ajuste direto simplificado no caso da duração do contrato ser superior a 1 ano, conforme o estabelecido na alínea a) do artigo 129º do CCP, determinando por este facto que o procedimento a iniciar carece de parecer prévio vinculativo.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 23/11/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para a contratação dos *“Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura – Teatro Stephens pelo período de 3 anos”* dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de manutenção anual da rede de incêndio armada da Casa da Cultura – Teatro Stephens pelo período de 3 anos”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC) DA CASA DA CULTURA, FOYER E RECEÇÃO DO MUSEU DO VIDRO, PARA O PERÍODO DE 36 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

830 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de

31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;

- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação TF19/2015 e requisição interna 18619, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar os *serviços de “Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) da Casa da Cultura, Foyer e receção do Museu do Vidro, para o período de 36 meses”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 23/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa FROSTLINE – Climatização e Refrigeração, LDA, NIPC 508 058 058 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2017 e 2018 para a contratação dos serviços de *“Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) da Casa da Cultura, Foyer e receção do Museu do Vidro, para o período de 36 meses”*, nas classificações orgânica/económica 06/020220, ações do PAM 2014/A/109 e 2015/A/156, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 11.700 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

n.º 1 e 2 ambos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) da Casa da Cultura, Foyer e receção do Museu do Vidro, para o período de 36 meses”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE “MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO (AVAC) DO EDIFÍCIO DA RESINAGEM, PARA O PERÍODO DE 36 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

831 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação TF20/2015 e requisição interna 18637, da DISU, onde se manifesta a necessidade de contratar os *serviços de “Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) do Edifício da Resinagem, para o período de 36 meses”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do

disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 23/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa FLUXOTERM - Climatização, LDA, NIPC 505 933 853 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015, 2017 e 2018 para a contratação dos serviços de *“Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) do Edifício da Resinagem, para o período de 36 meses”*, nas classificações orgânica/económica 06/020220, ações do PAM 2014/A/109 e 2015/A/156, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 11.499 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e 2 ambos do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços de *“Manutenção do sistema de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) do Edifício da Resinagem, para o período de 36 meses”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** explicou as razões pelas quais votou favoravelmente estes ajustes diretos.

Em primeiro lugar porque se tratam de obras novas em que há um sistema AVAC instalado há pouco tempo e que ainda têm um período de garantia, pelo que seria um erro técnico dar o serviço, durante estes 5 anos, a outra empresa.

Em segundo lugar, sendo verbas inferiores a 5.000 euros anuais, o + Concelho sempre votou favoravelmente as adjudicações inferiores a este valor, desde que enquadráveis. Tiveram sempre esta postura desde o primeiro dia, está provado, nomeadamente na renovação da licença de *software*. Aqui os concursos públicos não fazem sentido, até mesmo se o valor fosse superior a 5.000 euros. O princípio é este, é coerente e não representa qualquer mudança. Até mesmo se tivesse pelouros, em alguns dos ajustes diretos do primeiro ano de mandato era possível que os tivesse votado favoravelmente, porque a sua eliminação requer um planeamento, a fazer no primeiro ano, para depois deixar de os fazer nos anos seguintes.

37 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2016.

832 - Presente informação n.º 1583/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 16 de novembro, referente à atualização anual de algumas rendas de habitação social, localizadas na Rua Adriano Marques Nobre.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)

Considerando que o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados nas fichas de atualização de renda e que têm por base os documentos facultados pelos inquilinos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, proceder à atualização anual das rendas, sendo os valores a aplicar, os constantes nos quadros seguintes:

A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2016:

Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/16
Alzira Inho Rei	64	27/10/2010	41,97€	25,33€

ATUALIZAÇÃO FASEADA

Rua Adriano M. Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17	RENTA/18
Dora de Jesus Marques	30	29/07/2014	5,05€	21,63€	38,21€	54,79€

Mais delibera que, os valores de renda anteriormente indicados entrem em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de fevereiro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - RENDAS EM ATRASO REFERENTES À FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO R/C DTO., DO BLOCO 1, SITA NA PRACETA DA LIBERDADE CUJO TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É VÍTOR MANUEL LOURAÇO RAIMUNDO – CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS

833 - Presente informação n.º 1617 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 20/11/2015, referente ao pedido de Vítor Manuel Louraço Raimundo, na qualidade de titular do contrato de arrendamento, para efetuar o pagamento do valor em dívida, em 12 prestações mensais, sempre acrescidas do montante correspondente à renda atual.

Considerando que o inquilino em causa não reúne condições económicas que lhe permitam liquidar integralmente o montante em causa;

Considerando a intenção do mesmo em liquidar a dívida que tem para com o Município da Marinha Grande, no valor de 369,62€ (trezentos e sessenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos);

Considerando a proposta apresentada para o pagamento da dívida, em 12 prestações mensais, no valor mensal de 30,80€ (trinta euros e oitenta cêntimos), acrescido sempre do valor da renda atual;

Considerando por último, a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em vigor, que determina que: “*em caso de mora ou na impossibilidade de pagamento da renda, nos termos e prazos fixados, deve o arrendatário informar a Câmara Municipal sobre quais os motivos pelos quais a obrigação não está a ser cumprida, propondo um acordo de regularização de dívida*”.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, concordar com o pagamento da dívida, no valor de 369,62€ (trezentos e sessenta e nove euros e sessenta e dois cêntimos), em 12 prestações mensais, no valor unitário de 30,80€ (trinta euros e oitenta cêntimos), acrescido do valor da renda corrente, com efeitos a partir de dezembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - TRANSMISSÃO DO DIREITO DE ARRENDAMENTO DA FRAÇÃO CORRESPONDENTE AO 3.º DTO DO BLOCO 1 SITO NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA, A FAVOR DE ALDINA DA CONCEIÇÃO, POR MOTIVO DE FALECIMENTO DO TITULAR DO CONTRATO.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

834 - Presente requerimento de Aldina da Conceição, com o registo de entrada n.º 9947/2015, datado de 11 de novembro, a solicitar a mudança de titularidade da habitação, por morte do cônjuge.

Presente informação n.º 1612 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 19 de novembro de 2015, a propor a transmissão do direito de arrendamento da habitação mencionada em epígrafe, para o cônjuge sobrevivente.

Considerando que, José António da Silva, arrendatário do Município da Marinha Grande, era casado com Aldina da Conceição;

Considerando que, o mesmo faleceu a 30 de outubro do corrente, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário, quando lhe sobreviva o cônjuge com residência no locado ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano”.

Considerando por último, a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ *A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para o cônjuge com residência no locado...* ”

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, transmitir o direito de arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente, Aldina da Conceição.

Mais delibera que, os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Aldina da Conceição, contribuinte fiscal número 159860695.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.

835 - Presente informação n.º 1512/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria,

para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2015/2016.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2015/2016;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33.º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar o subsídio constante no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância, do Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, referentes ao 1.º, 2.º e 3.º período do ano letivo 2015/2016.

VALORES DO SUBSÍDIO

	2015	2016	Ação do plano
Pré-Escolar	600,00 €	1.200,00 €	A/55
1.º Ciclo	1.650,00 €	3.300,00 €	A/60
AAAF salas	600,00 €	1.200,00 €	A/55
Mediatecas	90,00 €	180,00 €	A/60
Total	2.940,00 €	5.880,00 €	8.820,00 €

	2015	2016	Total
Jl	1.200,00 €	2.400,00 €	3.600,00 €
1.ºCEB	1.740,00 €	3.480,00 €	5.220,00 €
Total	2.940,00 €	5.880,00 €	8.820,00 €

- Subsídio no valor de 8.820,00€ (oito mil oitocentos e vinte euros) ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Pereira Coutinho, 2430- 909 Vieira de Leiria, nº fiscal 600 076 270;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/55 e 2015 A/60, conforme descrito no mapa acima.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE

836 - Presente informação nº 1497/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 03/11/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escola de Vieira de Leiria.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os subsídios escolares são, por norma, atribuídos no início de cada ano letivo.

Considerando que na reunião de 22 de dezembro de 2014 foram atribuídos, a este agrupamento de escola, os subsídios escolares, referentes à 1ª fase do ano letivo 2014/2015. Considerando que existem situações tais como alteração de escalão, transferência de escola, entre outras, que originam que surjam pedidos de subsídios após a primeira fase de atribuição de subsídios escolares.

Considerando que, por norma, existe uma 2ª fase extraordinária de atribuição de subsídios escolares, que só agora foi possível concluir.

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que para o ano escolar 2014-2015 se mantêm em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar em conformidade com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, n.º 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o Despacho n.º 11306-D/2014, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270

Total de Pedidos: 5

Valor do subsídio escolar a atribuir 145,00€ (cento e quarenta e cinco euros)

3 – Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

Agrupamento de Escolas Vª Leiria - Escalão A				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	0	50,00 €	00,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	2	40,00 €	80,00 €	A/56
Total	2		80,00 €	

Agrupamento de Escolas Vª Leiria - Escalão B				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	1	25,00 €	25,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	2	20,00 €	40,00 €	A/56
Total	3		65,00 €	

Total Agrupamento de Escolas Vª Leiria			
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores	Ação do plano
Pré-Escolar	1	25,00 €	A/58
1º Ciclo	4	120,00 €	A/56
Total	5	145,00 €	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/58/2014 e A/56/2014 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 31 de dezembro de 2015, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

42 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE

837 - Presente informação nº 1523/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 05/11/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho nº 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho será a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270

Total de Pedidos: 113

Valor do subsídio escolar a atribuir 4.045,00€ (quatro mil euros e quarenta e cinco euros)

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	29	11	0	40
1.ª CEB	43	30	0	73
TOTAL GERAL	72	41	0	113

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	1.450,00 €	275,00 €	0,00 €	1.725,00 €	A/65
1.ª CEB	1.720,00 €	600,00 €	0,00 €	2.320,00 €	A/68
TOTAL AGR. V.ª LEIRIA	3.170,00 €	875,00 €	0,00 €	4.045,00 €	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/65/2015 e A/68/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de junho de 2016, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

43 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

838 - Presente informação nº 1495/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 03/11/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os subsídios escolares são, por norma, atribuídos no início de cada ano letivo.

Considerando que na reunião de 22 de dezembro de 2014 foi atribuído, a este Agrupamento de Escola, os subsídios escolares, referentes à 1ª fase do ano letivo 2014/2015.

Considerando que existem situações tais como alteração de escalão, transferência de escola, entre outras, que originam que surjam pedidos de subsídios após a primeira fase de atribuição de subsídios escolares.

Considerando que, por norma, existe uma 2ª fase extraordinária de atribuição de subsídios escolares, que só agora foi possível concluir.

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que para o ano escolar 2014-2015 se mantêm em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar em conformidade com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, n.º 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o Despacho n.º 11306-D/2014, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dra. Amélia Cândida Ponto da Boavista, 2430-053, n.º fiscal 600 075 761

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Total de Pedidos: 13

Valor do subsídio escolar a atribuir: 495,00€ (quatrocentos e noventa e cinco e cinco euros)

1 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão A				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	3	50,00 €	150,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	7	40,00 €	280,00 €	A/56
Total	10		430,00 €	

Agrupamento de Escolas Nascente - Escalão B				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	1	25,00 €	25,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	2	20,00 €	40,00 €	A/56
Total	3		65,00 €	

Total Agrupamento de Escolas Nascente			
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores	Ação do plano
Pré-Escolar	4	175,00 €	A/58
1º Ciclo	9	320,00 €	A/56
Total	13	495,00 €	

Para a atribuição do referido subsídio, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/58/2014 e A/56/2014 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 31 de dezembro de 2015, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

44 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE

839 - Presente informação nº 1537/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 09/11/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho nº 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho será a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente o seguinte subsídio:

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente com sede na Rua Prof.ª Amélia Cândida - Boavista, 2430 – 053 Marinha Grande, n.º fiscal 600 075761

Total de Pedidos: 317

Valor do subsídio escolar a atribuir 9.735,00€ (nove mil setecentos e trinta e cinco euros)
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	39	37	11	87
1ª CEB	127	89	14	230
TOTAL GERAL	166	126	25	317

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	1.950,00 €	925,00 €	0,00 €	2.875,00 €	A/65
1ª CEB	5.080,00 €	1.780,00 €	0,00 €	6.860,00 €	A/68
TOTAL AGR. NASCENTE	7.030,00 €	2.705,00 €	0,00 €	9.735,00 €	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/65/2015 e A/68/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de junho de 2016, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

45 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1º, 2º E 3º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.

840 - Presente informação n.º 1501/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1ºs, 2ºs e 3ºs períodos do ano letivo de 2015/2016.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2015/2016;

Considerando a informação anexa nº1611/2015 que dá conta de que no ano letivo 2014/2015 por lapso foi atribuído a este Agrupamento o valor de 1.080€ para as Mediatecas Escolares, que corresponde ao dobro do que deveria ter sido atribuído;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr.ª Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430- 053 Marinha Grande, nº fiscal 600 075 761, um subsídio no valor de 25.200,00€ (vinte e cinco mil e duzentos euros), referente ao 1º, 2º e 3º período do ano letivo 2015/2016, destinado a compartilhar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens, conforme descrito no mapa seguinte e que já reflete o acerto necessário face ao valor atribuído em excesso para as mediatecas escolares no ano letivo 2014/2015:

VALORES DOS SUBSÍDIOS

	2015	2016	Ação do plano
Pré-Escolar	1.800,00 €	3.600,00 €	A/55
1º Ciclo	5.100,00 €	10.200,00 €	A/60
AAAF salas	1.500,00 €	3.000,00 €	A/55
Mediatecas	180,00 €	360,00 €	A/60
Total	8.580,00 €	17.160,00 €	25.740,00 €
Verba a descontar referente a MEDIATECAS do ano letivo 2014/2015 -540€			A/60
Total Geral			25.200€

	2015	2016	Total
Nascente JI	3.300,00 €	6.600,00 €	9.900,00 €
Nascente EB	5.280,00 €	10.560,00 €	15.840,00 €
Verba a descontar referente a MEDIATECAS do ano letivo 2014/2015			-540€
TOTAL FINAL			25.200,00€

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/55 e 2015 A/60, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

46 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2014/2015 – 2.ª FASE

841 - Presente informação nº 1496/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 07/07/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

Considerando que os subsídios escolares são, por norma, atribuídos no início de cada ano letivo.

Considerando que na reunião de 22 de dezembro de 2014 foi atribuído, a este agrupamento de escola, os subsídios escolares, referentes à 1ª fase do ano letivo 2014/2015.

Considerando que existem situações tais como alteração de escalão, transferência de escola, entre outras, que originam que surjam pedidos de subsídios após a primeira fase de atribuição de subsídios escolares.

Considerando que, por norma, existe uma 2ª fase extraordinária de atribuição de subsídios escolares, que só agora foi possível concluir.

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que para o ano escolar 2014-2015 se mantêm em vigor as condições de aplicação das medidas de ação social escolar em conformidade com o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, n.º 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o Despacho n.º 11306-D/2014, do Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o seguinte subsídio:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768

Total de Pedidos: 15

Valor do subsídio escolar a atribuir: 550,00€ (quinhentos e cinquenta euros)

2 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

Agrupamento de Escolas Poente - Escalão A				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	3	50,00 €	150,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	7	40,00 €	280,00 €	A/56
Total	10		430,00 €	

Agrupamento de Escolas Poente - Escalão B				
Grau de Ensino	Nº de Alunos	Valor Unitário	Total	Ação do plano
Pré- Escolar	4	25,00 €	100,00 €	A/58
Escolas 1º Ciclo	1	20,00 €	20,00 €	A/56
Total	5		120,00 €	

Total Agrupamento de Escolas Poente			
Grau de Ensino	Total Alunos	Total Valores	Ação do plano
Pré-Escolar	7	250,00 €	A/58
1º Ciclo	8	300,00 €	A/56
Total	15	550,00 €	

Para a atribuição do referido subsídio, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/58/2014 e A/56/2014 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Mais delibera que as entidades contempladas com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 31 de dezembro de 2015, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

47 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.ª FASE

842 - Presente informação nº 1576/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 09/11/2015, referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande, pertencentes ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

Considerando que o município dispõe de atribuições no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

Considerando que o Despacho nº 8452-A/2015, datado de 31 de julho, em conformidade com o Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março, sistematiza e atualiza a norma reguladora da ação social, facilitando assim o acesso à mesma;

Considerando que o referido despacho será a base de trabalho para os agentes que atuam nesta área nomeadamente os Municípios, acabando desta forma com a dispersão de dispositivos legais que se vinham acumulando desde 2009;

Considerando que nos termos do presente Despacho, a atribuição dos subsídios escolares continua a estar dependente do posicionamento do aluno nos escalões do abono de família (ao 1.º escalão de apoio corresponde o escalão A e ao 2.º escalão, o B);

Considerando que o município dispõe de atribuições, designadamente no domínio da educação, conforme prevê a alínea d) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e conforme competência estipulada na alínea hh) do nº 1, do artigo 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, delibera atribuir ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente o seguinte subsídio:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430 – 231 Marinha Grande, n.º fiscal 600 076 768

Total de Pedidos: 349

Valor do subsídio escolar a atribuir 11.100,00€ (Onze mil e cem euros)

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

TOTAIS ALUNOS	ALUNOS A	ALUNOS B	Excluídos	Total
PRÉ-ESCOLAR	71	54	12	137
1.º CEB	113	84	15	212
TOTAL GERAL	184	138	27	349

TOTAIS VERBAS	ESCALÃO A	ESCALÃO B	Excluídos	Total	Ação Plano
PRÉ-ESCOLAR	3.550,00 €	1.350,00 €	0,00 €	4.900,00 €	A/65
1.º CEB	4.520,00 €	1.680,00 €	0,00 €	6.200,00 €	A/68
TOTAL AGR. POENTE	8.070,00 €	3.030,00 €	0,00 €	11.100,00 €	

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/65/2015 e A/68/2015 do Plano de Atividades Municipais para 2015.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar até 30 de junho de 2016, relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

48 - APOIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO, CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS RESPECTIVAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AOS 1.º, 2.º E 3.º PERÍODOS DO ANO LETIVO 2015/2016.

843 - Presente informação n.º 1509/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 04/11/2015 referente à atribuição de apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, referente aos 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs períodos do ano letivo de 2015/2016.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento no referido Agrupamento para o ano letivo 2015/2016;

Considerando que a entidade abaixo mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza educativa, conforme disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 setembro, delibera aprovar o subsídio constante no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância, do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, referentes ao 1º, 2º e 3º período do ano letivo 2015/2016.

VALORES DO SUBSÍDIO

	2015	2016	Ação do plano
Pré-Escolar	2.550,00 €	5.100,00 €	A/55
1º Ciclo	4.200,00 €	8.400,00 €	A/60
AAAF salas	1.500,00 €	3.000,00 €	A/55
Mediatecas	270,00 €	540,00 €	A/60
Total	8.520,00 €	17.040,00 €	25.560,00 €

	2015	2016	Total
Poente JI	4.050,00 €	8.100,00 €	12.150,00 €
Poente EB	4.470,00 €	8.940,00 €	13.410,00 €
Total	8.520,00 €	17.040,00 €	25.560,00 €

- Subsídio no valor de 25.560,00€ (vinte e cinco mil quinhentos e sessenta euros) ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Nery Capucho, 2430- 031 Marinha Grande, nº fiscal 600 076 768;

Estes apoios têm cabimento na rubrica 06/040305 das ações 2015 A/55 e 2015 A/60, conforme descrito no mapa acima.

Mais delibera que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio

financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas, complementado com cópia dos respetivos comprovativos de despesa, até 30 de setembro de 2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

49 - ALTERAÇÃO DO OBJETO DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA QUE FOI ATRIBUÍDA AOS CLUBES PARA A ÉPOCA DE 2014/2015

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** explicou esta proposta, que visa poder fazer o pagamento aos clubes.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que vai votar favoravelmente, mas esta situação, na actividade desportiva federada, sempre foi assim. Há uma série de deliberações que definem critérios, e que acabam por consubstanciar um regulamento. Mais tarde, criou-se uma situação de complicação do sistema existente, e que até funcionava, de forma que agora tenha que se alterar. Isto levou a que ele, enquanto Vereador com o pelouro, não assinasse qualquer contrato-programa. Neste momento está disponível para dar toda a colaboração necessária.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se estas entidades já receberam alguma coisa referente à época 2014/2015.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** informou que já receberam uma *tranche*.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

844 - Presentes as deliberações n.º 539 de 28 de novembro de 2014, n.º 578 de 11 de dezembro de 2014 e n.º 626 de 22 de dezembro de 2014, relativas à aprovação de contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2014/2015, nas quais a Câmara Municipal, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes Desportivos do concelho em prol da formação humana dos jovens do concelho, através da dinamização desportiva e a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, atribuiu um conjunto de subsídios calculados segundo os “*Critérios de Financiamento à Atividade Física*” aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, que se expressam no ANEXO 1 (critérios de financiamento) com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, e que são aplicados com base nos resultados da época anterior, através de documentos enviados pelas respetivas associações distritais das diferentes modalidades.

Deste modo, a comparticipação financeira que foi atribuída aos clubes para a época de 2014/2015 (aos clubes EAS – Academia de Futebol Marinha Grande, Clube de Atletismo da Marinha Grande, Clube Desportivo da Garcia, Associação de Ensino e Promoção Social Desportivo Náutico da Marinha Grande, Escola de Judo Estrela Marinhense, Futebol Clube “Os Belenenses”, Grupo Desportivo “Os Vidreiros”, Industrial Desportivo Viegense, Judo Clube da Marinha Grande, Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, Sport Operário Marinhense, Associação Cultural e Recreativa da Comeira, Atlético Clube Marinhense, Centro Recreativo e Cultural da Juventude Casal D'Anja, Sociedade Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, Sporting Clube Marinhense e Sport Lisboa e Marinha) foi calculada com base nos fatores definidos nos critérios de financiamento, e não no valor global dos custos previstos para a execução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado para a época de 2015/2015.

Porém, as minutas dos contratos-programa apresentados à Câmara nas reuniões acima indicadas, definem como comparticipação financeira, uma percentagem sobre o valor global dos custos previstos, baseada no montante apurado, que resulta da aplicação dos fatores e critérios acima descritos.

Atento o exposto, verifica-se que a comparticipação financeira que foi definida nos contratos assinados com os clubes, cuja minuta foi aprovada nas reuniões de Câmara acima indicadas, não foi relacionada com os fatores/pressupostos a partir dos quais os subsídios foram efetivamente calculados e atribuídos, a saber: o número limite de atletas inscritos nas associações/federações em função de cada uma das modalidades, escalões e número de equipas na época anterior; o n.º de jogos efetuados como visitantes na época anterior; e o tipo de participações nos diversos tipos de campeonatos na época anterior.

Verifica-se ainda que os critérios foram aplicados de forma igualitária e transversal a todos os clubes, em função das modalidades, escalões e demais fatores previstos nos critérios, independentemente da estimativa de custos apresentada por cada clube para o desenvolvimento do seu programa, pelo que se entende que os fatores que derivam da aplicação dos critérios acima indicados é que são efetivamente a contrapartida financeira que deveria ter sido expressa nos contratos-programa, também para efeitos de verificação da aplicação do apoio financeiro, já que é a que resulta diretamente da aplicação das condições consideradas para o cálculo dos apoios financeiros.

Deste modo, atendendo ao exposto, a Câmara Municipal delibera que deve ser considerada como contrapartida financeira relativa à execução dos contratos programa de desenvolvimento desportivo da época desportiva 2014/2015, cuja minuta foi aprovada nas deliberações n.º 539 de 28 de novembro de 2014, n.º 578 de 11 de dezembro de 2014 e n.º 626 de 22 de dezembro de 2014, os fatores/pressupostos sobre os quais os subsídios foram efetivamente calculados e atribuídos, a saber: o número limite de atletas inscritos nas associações/federações em função de cada uma das modalidades, escalões e limite de equipas; o n.º de jogos efetuados como visitante; e o tipo de participações nos diversos tipos de campeonatos na época anterior, segundo os quais foi calculado o valor do subsídio a atribuir, com base nos documentos oficiais das respectivas

associações e federações das diferentes modalidades, relativos à época anterior, tal como definem os critérios de financiamento.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Assim, e relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, referentes à atribuição de apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, para explicar o meu sentido de voto, entendo apresentar os seguintes fundamentos:

- a) A atribuição de um subsídio tem por base supostos critérios de Financiamento à Actividade Física, aprovados em reunião do executivo de 26 de Setembro de 2002. Para além destes critérios, dos fundamentos que levam à atribuição de valores diferenciados e da análise que sustenta essa atribuição, também não se entendem porque estes apoios não são fundamentados no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, dado que o mesmo também contempla um “Programa de apoio a actividades com carácter anual”.*
- b) Sem prejuízo do enquadramento em critérios aprovados pelo executivo em 2002, da informação disponibilizada não se depreende que estão garantidos os princípios de igualdade e imparcialidade na atribuição destas verbas.*
- c) Se houve um processo de atribuição deste tipo de apoios não tem que haver um serviço técnico que analise as condições da sua atribuição, que emita um parecer, que ateste que o processo está de acordo com os critérios, que acompanhe e fiscalize se o montante atribuído será utilizado para o fim a que se destina? Se existe, nada disto nos foi enviado.
Quem ficará responsável pelo ónus de uma atribuição que levanta este tipo de dúvidas, em quem recairá a responsabilidade financeira deste acto?*
- d) Porque motivo esta alteração do objecto apenas é apreciada agora quando os contratos programa foram aprovados no ano passado, tendo efeitos retroactivos? Não será de repensar o modelo de atribuição destes apoios de modo a que sejam facultados antes da realização das actividades, permitindo uma maior organização e planeamento aos clubes?*

Conforme me foi enviado, na altura o processo da atribuição do apoio, tudo leva a crer que a margem de discricionariedade é total. Deve haver uma razão e provavelmente terá toda a racionalidade.

Lamento que subsídios atribuídos já tardiamente, no ano passado, volvido quase um ano, venham agora a detectar-se erros ou incongruências que implicam o contrato-programa, e as associações ainda não tenham recebido as verbas supostamente atribuídas pela CMMG.

Sobre esta matéria é importante ainda clarificar que somos favoráveis a uma política de apoio à actividade desportiva, designadamente a desempenhada no âmbito da formação. Contudo, não conseguimos concordar com o modelo adoptado nestas atribuições, o qual

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

não é claro nem transparente. As propostas aqui expressas não permitem perceber esta lógica de administração.

Por estas razões sou forçado a votar contra conforme fundamentos aqui expressos, designadamente porque há um desconhecimento total sobre os critérios a que o processo alude.”

50 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1º DE DEZEMBRO – PERO NETO

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** chamou a atenção para o facto de se estar a aplicar um contrato-programa de desenvolvimento desportivo para obras na cozinha, o que é manifestamente uma total perversão da lei, porque, neste caso, não se aplica o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro. Obras de construção, novas, são diferentes de melhoramentos. Pretende-se fazer uma extensão da lei, e aplicar aos clubes algumas condições que não se aplicam. Independentemente de haver ou não regulamento, está-se a complicar.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que tem que se simplificar, para responder melhor e para que as colectividades não necessitem de uma máquina tão pesada para poder cumprir. Todos reconhecem os erros, mas é preciso avançar.

Seguidamente o Sr. Presidente pôs a votação a seguinte proposta:

845 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), **suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.**

Entretanto foram entregues e validados os documentos em falta da seguinte entidade:

- **Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro – Pero Neto** – Ata de aprovação das contas de 2014, plantas de localização, fotos dos locais de intervenção, memória descritiva e estudos prévios ou descrições técnicas / peças desenhadas do que a entidade pretende realizar no âmbito do pedido de apoio a infraestruturas.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8112/2014	Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro – Pero Neto	Melhoria dos equipamentos de cozinha e aquisição de equipamentos para reforço de projeto de segurança contra riscos de incêndios	501623906	29	2.000,00€
TOTAL					2.000,00€

Trata-se de projeto importante para a conservação e requalificação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades da entidade beneficiária, razão pela qual deve ser apoiada nos montantes propostos.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro – Pero Neto	Melhoria dos equipamentos de cozinha e aquisição de equipamentos para reforço de projeto de segurança contra riscos de incêndios	501623906	29	2015/A/177	2.000,00€
TOTAL					2.000,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cuja minuta geral se anexa, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 1) a celebrar com a entidade beneficiária, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, uma vez que as atividades /projeto se iniciou a partir de 1 janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento

de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

51 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SPORT IMPÉRIO MARINHENSE

846 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do artigo 6.º, do artigo 17.º, e do nº 5 do art.º 23º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), **suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.**

As candidaturas do Sport Império Marinhense de 2014, ficaram suspensas, até que a Câmara Municipal pudesse apreciar e deliberar sobre a devolução do apoio concedido em 2013, devido ao incumprimento do contrato – programa datado de 27 de setembro de 2013.

Através da deliberação nº 521 de 23/07/2015, a Câmara Municipal deliberou a rescisão do contrato programa assinado em 27 de setembro de 2013, devendo o Sport Império Marinhense proceder à devolução do montante de 5.000€ (cinco mil euros) liquidado em 14 de outubro de 2013.

O Sport Império Marinhense regularizou a sua situação em 05/11/2015, devolvendo ao Município da Marinha Grande o montante de 5.000€ (cinco mil euros), dando assim cumprimento ao deliberado em 23/07/2015, podendo a candidatura ser readmitida.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais acima indicadas, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8040/2014	Sport Império Marinhense	Apoio ao Grupo de Teatro e ao III Festival de Teatro Fernando Luz	501422986	31,3	2.000,00 €
E/8131/2014	Sport Império Marinhense	Carnaval 2015	501422986	28,3	250,00€
TOTAL					2.250.00 €

As candidaturas apresentadas visam a prossecução de projetos e objetivos com uma grande abrangência de públicos, congregam um grande número de recursos e destinatários, com custos significativos de realização.

Consideram-se as candidaturas como projetos de interesse municipal, pois contribuem para o desenvolvimento cultural do concelho, envolvendo comunidade local e agentes culturais, promovem o concelho a nível local e nacional e contribuem para o desenvolvimento económico do concelho, razão pela qual devem ser apoiadas nos montantes propostos.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou as propostas, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sport Império Marinhense	Apoio ao Grupo de Teatro e ao III Festival de Teatro Fernando Luz	501422986	31,3	2015/A/176	2.000,00€
Sport Império Marinhense	Realização do Carnaval 2015	501422986	28,3	2015/A/176	250,00 €
TOTAL					2.250.00 €

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do art.º 20 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas se anexam.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar as minutas de contrato-programa em anexo (**Anexo 2**) a celebrar com a entidade beneficiária, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, uma vez que as atividades /projetos se iniciaram a partir de 1 janeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem

desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários. Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

52 - FONOTECA DA MOITA – PROTOCOLO COM O CLUBE DESPORTIVO MOITENSE.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** explicou a presente proposta, que visa resolver a situação existente e saldar as contas com o Clube Desportivo Moitense. Posteriormente, e após conversação, revogar-se-á o protocolo, à semelhança do que se fez com a Vieira.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** também explicou as conversações que teve com o Clube, enquanto Vereador do pelouro.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que aqui se coloca novamente o mesmo problema, que é a Câmara fazer protocolos muito complexos e com falhas, transversais a quase todos eles. Numas situações dá os materiais, noutras cede espaços, mas tomando para si algumas responsabilidades, o que mais tarde dá problemas, porque o nível da fronteira de definição das responsabilidades não é claro.

Agora é fundamental definir se o serviço prestado era de interesse, se foi feito e se era legal. Com estas respostas votará a favor.

Relativamente ao protocolo, entende que ele poderá sempre ser melhorado, pelo que lhe parece que agora ainda é prematuro falar em revogação, defendendo antes a sua alteração, de acordo com as duas partes.

Colocada a questão do protocolo, foi por todos considerado essencial resolver desde já a situação, pelo que a **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** solicitou a presença na reunião do **Presidente da Direção do Clube Desportivo Moitense, Sr. Hélio Moleiro.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tendo em conta este facto e o adiantado da hora, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço, das 13:45 horas às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

A reunião foi retomada pelas 15:00 horas, com a presença do **Sr. Hélio Moleiro, Presidente da Direção do Clube Desportivo Moitense**.

Questionado sobre o protocolo celebrado entre o Clube e a Câmara Municipal, o Sr. Hélio Moleiro referiu que o conceito de fonoteca, hoje, está esgotado. Ou se procura um novo conceito ou então não fará sentido injectar dinheiro neste modelo.

Em face desta posição, o **Sr. Presidente** informou o Sr. Hélio que a Câmara vai deliberar pagar o atrasado e rescindir o protocolo, independentemente de se continuar com conversações para se ver qual a melhor situação para o Clube e para a Câmara.

O **Sr. Hélio Moleiro** disse que concorda com esta decisão.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** saudou a posição do Sr. Hélio, devendo a Câmara continuar a apoiar o Clube Desportivo Moitense, designadamente no Grande Prémio de Ciclismo.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** saudou a vinda do Sr. Hélio Moleiro e a sua disponibilidade para a resolução da situação.

O Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Hélio Moleiro e pôs a votação a seguinte proposta:

847 - Presente a seguinte documentação:

- a) Protocolo celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Clube Desportivo Moitense (cf. deliberação n.º 671, de julho de 2005), através do qual se definiram “(...) *as regras de entendimento estabelecidas entre a Câmara e o Clube para a criação e gestão do espaço e dos equipamentos da Fonoteca Municipal da Moita.*” (cf. *Cláusula 2ª*). A Cláusula 12ª fixou o período de vigência do Protocolo em “(...) *três anos automaticamente renovado por período de igual duração se não for denunciado por qualquer das Partes.*”, como tal, e dado que não se verificou o ato de denúncia previsto no Protocolo, este encontra-se em vigor até 22 de Julho de 2017, por força da última renovação automática ocorrida em 23 de julho de 2014;
- b) Carta do Clube Desportivo Moitense com registo de entrada E/4210/2015, de 12 de maio, em resposta à notificação da Câmara Municipal para que o Clube procedesse à entrega dos documentos previstos no Protocolo e necessários à atribuição dos apoios financeiros, concretamente, relatórios de atividades desenvolvidas e cópias de documentos de despesa (cf. n.º 1, cl. 10.ª), planos de atividades a desenvolver e custos a suportar (cf. n.º 4, cl. 10.ª) e relatórios trimestrais de utilizadores (cf. n.º 2, cl. 10.ª);

- c) Ofício da Câmara Municipal com registo de saída S/1955/2015, de 08 de junho, através do qual se solicitou que o Clube Desportivo Moitense complementasse alguma da documentação que nos tinha sido remetida;
- d) Carta do Clube Desportivo Moitense com registo de entrada E/5427/2015, de 23 de junho, em resposta à notificação referida no ponto anterior e através da qual o Clube complementa a documentação e tece algumas considerações em torno da execução do Protocolo da Fonoteca ao longo dos anos;
- e) Informação Interna I/931/2015, de 09 de julho, apresentada por Rosa Vaz, Técnica Superior n.º 266, da Área da Cultura/Bibliotecas, em cumprimento de determinação superior, através da qual é emitido parecer técnico, resultante da análise à documentação recebida do Clube Desportivo Moitense, e onde são apresentadas algumas propostas para andamento do processo;
- f) Pareceres superiores e despacho da Sra. Vereadora Dra. Cidália Ferreira emitidos em consequência da Informação Interna referida na alínea anterior.

A Câmara Municipal analisou toda a documentação apresentada e no uso da competência prevista na alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e no âmbito do fixado no Protocolo, celebrado entre o Município da Marinha Grande e o Clube Desportivo Moitense, para a gestão da Fonoteca Municipal da Moita (cf. deliberação n.º 671, de 14.07.2005), em vigor até 22 de Julho de 2017, delibera proceder ao pagamento dos apoios financeiros, relativos à execução do Protocolo nos anos 2013 e 2014, sendo o valor anual a atribuir de 6.105,77 euros e 6.117,55 euros, respetivamente, valores que incluem a atualização anual prevista na cláusula 6.ª, n.º 5 do Protocolo, tendo em conta os dados disponíveis do INE para cada um dos anos.

Período	Valor do apoio financeiro (cf. n.ºs 4 e 5, cláusula 6.ª do Protocolo)	Total de despesas apresentadas pelo CDM
2013	3.033,17 euros (1º semestre) + 3.072,60 euros (2º semestre c/ atualização taxa IPC 1,3% dados INE de julho 2013, no valor de 39,43 euros) = total anual de 6.105,77 euros	6.827,34 euros
2014	3.072,60 euros (1º semestre) + 3.044,95 euros (2º semestre c/ atualização taxa IPC -0,9% dados INE de julho 2014, no valor de -27,95 euros) = total anual de 6.117,55 euros	7.351,14 euros

A verba destinada ao cumprimento da presente deliberação está prevista em Plano de Atividades Municipal nas ações 2008/A/176 e 2014/A/145.

Os apoios financeiros anuais referidos acima totalizam 12.223,32 euros e devem ser pagos ao Clube Desportivo Moitense, contribuinte n.º 501 216 049, com sede na Rua 1ª de Dezembro, n.º 30, 2445-580 Moita, encontrando-se em condições de beneficiar do apoio deliberado, uma vez que possui nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante a Fazenda Pública, conforme certidões que se encontram arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação / Contabilidade desta autarquia.

A Câmara delibera cessar o protocolo, de comum acordo com o Clube Desportivo Moitense, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

53 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015

848 - A atividade física, a saúde e a qualidade de vida estão intimamente interligadas. Está comprovado que quem têm uma vida fisicamente ativa pode obter um conjunto de benefícios para a saúde, nomeadamente: a redução do risco de doença cardiovascular; a prevenção e/ou atraso no desenvolvimento de hipertensão arterial, e um maior controlo da tensão arterial em indivíduos que sofrem de tensão arterial elevada; o bom funcionamento cardiopulmonar; o controlo das funções metabólicas e baixa incidência da diabetes tipo 2; um maior consumo de gorduras, o que pode ajudar a controlar o peso e diminuir o risco de obesidade; a diminuição do risco de incidência de alguns tipos de cancro, nomeadamente dos cancros da mama, da próstata e do cólon; uma maior mineralização dos ossos em idades jovens, contribuindo para a prevenção da osteoporose e de fraturas em idades mais avançadas; uma melhor digestão e regulação do trânsito intestinal; a manutenção e melhoria da força e da resistência musculares, o que resulta numa melhoria da capacidade funcional para levar a cabo as atividades do dia-a-dia; a manutenção das funções motoras, incluindo a força e o equilíbrio; a manutenção das funções cognitivas, e diminuição do risco de depressão e demência; a diminuição dos níveis de *stress* e melhoria da qualidade do sono; a melhoria da auto-imagem e da autoestima, e aumento do entusiasmo e otimismo; em adultos de idade mais avançada, menos risco de queda e prevenção, ou retardamento de doenças crónicas associadas ao envelhecimento.

Por outro lado, o sedentarismo é um fator de risco para o desenvolvimento de muitas doenças crónicas, incluindo doenças cardiovasculares, que são uma das principais causas de morte no mundo ocidental.

Segundo as orientações da União Europeia para a atividade física, o corpo humano, em consequência da atividade física regular, passa por alterações morfológicas e funcionais que podem evitar ou adiar o surgimento de determinadas doenças e melhorar a capacidade

para o esforço físico. Uma vida ativa proporciona muitos outros benefícios sociais e psicológicos e pode melhorar substancialmente a qualidade de vida das pessoas.

Pode-se melhorar, substancialmente, a qualidade de vida dos idosos através de uma prática regular de atividade física, podendo-lhes proporcionar uma capacidade física que permita continuar a participar na maioria das experiências enriquecedoras das suas vidas, bem como, proporcionar benefícios nas dimensões cognitiva, emocional e social.

Deste modo, reconhecendo os benefícios psicológicos e sociais e aos ganhos significativos para a qualidade de vida e condições de saúde das pessoas idosas, o Município da Marinha Grande tem vindo a promover o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.^a Idade desde 2006, apoiando um conjunto de associações do concelho para que estas promovam ações destinadas a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, com o objetivo de promover a prática de atividades físicas e de hábitos de vida saudáveis, facilitando o acesso da população idosa à prática de atividades físicas gratuitas.

Este programa tem pretendido contribuir para a melhoria das condições de vida e bem-estar dos idosos do concelho, de forma solidária e inclusiva, consubstanciada nos seguintes objetivos:

- a) Sensibilização da população com idade igual ou superior a 65 anos para a importância da prática do exercício físico, como meio de promoção do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida;
- b) Facilitar o acesso da população idosa, com menos recursos financeiros, à prática de atividades físicas;
- c) Fomentar o convívio como valor social indispensável;
- d) Promover a prática de estilos de vida saudáveis;

No início do ano deveriam ter sido aprovadas as normas de funcionamento e adesão a este programa nos mesmos moldes que nos anos anteriores. Por lapso dos serviços, foram enviados formulários às entidades que têm desenvolvido o programa, para que instruísem as candidaturas relativas ao apoio de 2015, antes da apreciação e deliberação das respetivas normas. Deste modo, as entidades realizam as candidaturas antes das normas aprovadas, o que impossibilitou a tramitação dos apoios financeiros nos moldes habituais.

Porém, considerando que:

- 1. O município não possui meios próprios para desenvolver este tipo de atividades/programa;
- 2. O Plano de Atividades Municipais aprovado em reunião de Câmara de 03 de novembro de 2014 e pela Assembleia Municipal em 24 de novembro de 2014 prevê, na ação 2015/A/113, uma verba destinada a apoiar as entidades que promovessem este programa em 2015.
- 3. O programa de Promoção da Atividade Física para a 3.^a Idade tem vindo a ser realizado desde 2006, sendo atribuído anualmente o valor máximo de 1500 euros a cada entidade, para ajudar a custear as despesas com recursos humanos e aquisição de materiais de apoio às aulas ao longo do ano.

4. As atividades têm vindo a ser desenvolvidas por parte de um conjunto de associações do concelho da Marinha Grande, com uma distribuição geográfica alargada, tendo estas fidelizado uma parte do público-alvo.
5. As atividades têm vindo a ser realizadas desde o início do ano, à exceção do Atlético Clube Marinhense, conforme se pode comprovar pelos documentos válidos de despesa apresentados pelas entidades, em anexo.
6. Estas associações estão a dar continuidade a um programa que tem sido incentivado pelo Município da Marinha Grande, comprovando-se que o mesmo teve continuidade desde janeiro de 2015, na expectativa de receberem o apoio financeiro necessário à sua realização
7. As associações já estão fortemente enraizadas na comunidade e já possuem ligações ao público-alvo deste programa.

Propõe-se a aprovação do programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade em anexo (**Anexo 3**), e que o mesmo seja desenvolvido em regime de parceria com as seguintes entidades que apresentaram candidaturas, desde que reúnam as condições necessárias para receberem o apoio:

ENTIDADE	NIF
Associação Sindical dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563
Atlético Clube Marinhense	501 224 254
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724
Clube Desportivo da Garcia	501 935 369
Clube Desportivo Moitense	501 216 049
Comissão de Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	506 171 795
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550
Industrial Desportivo Veiense	501 254 242
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467
Sociedade União de Albergaria	501 640 029
Sport Operário Marinhense	501 417 702

Decorre atualmente um processo de audiência prévia à Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande com vista ao esclarecimento de uma eventual situação de incumprimento de um contrato-programa, pelo que a mesma será apreciada posteriormente, propondo-se a sua suspensão até que a situação seja regularizada nos prazos definidos.

O Atlético Clube Marinhense não apresentou documentos comprovativos da realização das atividades pelo que se considera que o programa não está a ser desenvolvido, não estando por isso em condições e beneficiar do apoio financeiro.

A situação do Clube Desportivo da Garcia, Clube Desportivo Moitense, Industrial Desportivo Veiense e Sport Operário Marinhense ainda não está devidamente regularizada internamente, pelo que não é ainda possível a atribuição de apoio financeiros a estas entidades.

Desta forma, pretende-se alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

As atividades têm vindo a desenvolver-se mensalmente, ao longo do ano de 2015, no mínimo, uma vez por semana, nas instalações das entidades parceiras, sendo as atividades físicas promovidas em horários da sua inteira responsabilidade.

Atendendo a que a promoção das atividades acarretam custos, propõe-se atribuir um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada entidade, destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas ao longo do ano.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, aprovar programa de funcionamento da atividade física para a 3.ª idade relativo ao ano de 2015, bem como a atribuição de um apoio financeiro às entidades abaixo designadas, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	MONTANTE
Associação Sindical dos Reformados, Pensionistas e Idosos	502 870 419	1500,00€
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501 540 563	1500,00€
Centro Social e Paroquial de Vieira de Leiria	501 931 724	1500,00€
Comissão de Pensionistas e Idosos de Vieira de Leiria	506 171 795	1500,00€
Delegação Distrital da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson	504 058 550	1500,00€
Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio	501 056 467	1500,00€
Sociedade União de Albergaria	501 640 029	1500,00€

As verbas estão previstas em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda:

- **Aprovar as minutas de contrato-programa em anexo (Anexo 4), a celebrar com as entidades beneficiárias, que estabelecem os termos desta parceria bem como as respetivas obrigações das entidades, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.**
- **Suspender a candidatura da Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande até que a situação exposta seja regularizada em tempo útil.**
- **Não atribuir apoio financeiro ao Atlético Clube Marinhense atendendo a que a entidade não demonstrou estar a realizar as atividades;**
- **Suspender as candidaturas do Clube Desportivo da Garcia, Clube Desportivo Moitense, Industrial Desportivo Viegense e Sport Operário Marinhense até que as situações internas sejam devidamente regularizadas.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas efetuadas ao longo do ano.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

54 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO, PROPOSTA DE ADMISSÃO E ATRIBUIÇÃO DE APOIO

849 - Presente relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de doze de novembro de 2015, que procedeu à verificação do cumprimento dos requisitos previstos nos Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado RMAAB), identificação de documentos em falta e atribuição de classificação, com base nos critérios previamente definidos segundo o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 14.º do regulamento.

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do RMAAB as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande, com carácter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Para o efeito, as entidades apresentam as candidaturas no âmbito dos três tipos de programas de apoio consagrados no artigo 7.º do regulamento.

O regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas bem como os documentos que a devem acompanhar;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Foram assim rececionadas até 30 de outubro de 2015 as seguintes candidaturas, para apoios pontuais:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/3902/2015	CULTURA	Associação Casa d' Árvore	Histórias ao Luar	Pontual
E/5999/2015	CULTURA	Biblioteca de Instrução Popular	XXXI Festival de Folclore de Vieira de Leiria	Pontual
E/9629/2015	CULTURA	Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2015	Pontual

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	TIPO
E/3020/2015	SOCIAL	APPACDM	Aquisição de Elevador Hidráulico para as aulas de Hidroterapia	Infraestruturas
E/4848/2015	SOCIAL	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal	Pontual

As candidaturas foram verificadas, analisadas e avaliadas nos termos dos critérios definidos no artigo 13.º do RMAAB, pontuadas de 1 a 10 valores, sendo que a classificação final resulta da ponderação da pontuação atribuída em todos os critérios pelos membros da comissão, tendo-se obtido os seguintes resultados:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/3902/2015	CULTURA	Associação Casa d' Árvore	Histórias ao Luar	36
E/5999/2015	CULTURA	Biblioteca de Instrução Popular	XXXI Festival de Folclore de Vieira de Leiria	32,8
E/9629/2015	CULTURA	Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2015	37,4

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
ATIVIDADES				
E/3020/2015	SOCIAL	APPACDM	Aquisição de Elevador Hidráulico para as aulas de Hidroterapia	33,4
E/4848/2015	SOCIAL	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal	28,8

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Atendendo a que nos termos do n.º 4, do artigo 14.º do RMAAB, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, considera-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão das seguintes candidaturas:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
ATIVIDADES					
E/3902/2015	CULTURA	Associação Casa d' Árvore	Histórias ao Luar	36	ADMITIR
E/5999/2015	CULTURA	Biblioteca de Instrução Popular	XXXI Festival de Folclore de Vieira de Leiria	32,8	ADMITIR
E/9629/2015	CULTURA	Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2015	37,4	ADMITIR

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS	OBS.
ATIVIDADES					
E/3020/2015	SOCIAL	APPACDM	Aquisição de Elevador Hidráulico para as aulas de Hidroterapia	33,4	ADMITIR
E/4848/2015	SOCIAL	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal	28,8	ADMITIR

Em anexo são apresentados os relatórios da comissão de apreciação das candidaturas, bem como as respetivas grelhas de avaliação com a pontuação parcial e classificação final.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea o) e u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Atendendo ao exposto, e considerando ainda as atribuições do Município da Marinha Grande, as competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, os critérios definidos no regulamento, e as verbas previstas em Plano de Atividades Municipais acima indicadas, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/5999/2015	Biblioteca de Instrução Popular	XXXI Festival de Folclore de Vieira de Leiria	501459472	32,8	500€
E/9629/2015	Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2015	510447562	37,4	3.000€

Tratam-se de projetos e objetivos com uma grande e comprovada abrangência de tipos de público, que envolvem várias entidades na sua concretização, congregam um grande número de recursos e participantes e têm também custos elevados de realização.

Considera-se assim que se tratam de objetivos e projetos de desenvolvimento cultural de elevado interesse municipal, pela forma como envolvem a comunidade e os agentes culturais do concelho, com enorme potencial de sustentabilidade e de grande contributo para o desenvolvimento da atividade cultural do concelho, razões pelas quais se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

Por outro lado, tratam-se de projetos que promovem o concelho do nível local ao nacional bem como o desenvolvimento económico do concelho.

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/3020/2015	APPACDM	Aquisição de Elevador Hidráulico para as aulas de Hidroterapia	504646796	33,4	2.500,00€
E/4848/2015	Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal	506171795	28,8	1.050,00€

Tratam-se de projetos e atividades de comprovada relevância e reconhecido mérito a nível social, que há vários anos vêm dignificando o concelho da Marinha Grande. Destinam-se a públicos-alvo diversos, procurando dar a cada um deles a resposta adequada às suas reais necessidades, tendo sempre em vista a promoção do bem-estar das populações mais vulneráveis e mais desfavorecidas.

Considera-se assim que se tratam de atividades e projetos de considerável interesse municipal, pela forma como promovem, protegem e apoiam a integração social e comunitária dos seus beneficiários, razão pela qual se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Relativamente à candidatura apresentada ao programa de apoio a infraestruturas, trata-se de um projeto importante direcionado a um públicos específico que visa a melhoria da qualidade de vida e de dignidade das pessoas portadoras de deficiência mental, razão pela qual deve ser apoiada no montante proposto.

A Câmara Municipal, analisou a proposta e delibera:

1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura da entidade abaixo identificada e atribuir um apoio financeiro de:

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
APPACDM	Aquisição de Elevador Hidráulico para as aulas de Hidroterapia	504646796	33,4	2015/A/114	2.500,00€
TOTAL					2.500€

2. Ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas das entidades abaixo identificadas e atribuir um apoio financeiro de:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Biblioteca de Instrução Popular	XXXI Festival de Folclore de Vieira de Leiria	501459472	32,8	2015/A/176	500€
Associação para a Promoção do Turismo em S. Pedro de Muel	Passagem de Ano 2015	510447562	37,4	2015/A/176	3.000€
TOTAL					3.500€

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos	Almoço de Natal	506171795	28,8	2015/A/176	1.050,00€
TOTAL					1.050,00€

Atendendo a que a Associação Casa d'Árvore tem vindo a prestar serviços ao Município da Marinha Grande, e cuja atividade se encontra sujeita a IVA - embora dele isenta nos termos do artigo 53.º do Código do IVA - nomeadamente para a realização de atividades educativas e culturais, considera-se não atribuir apoio financeiro para o desenvolvimento do projeto "Histórias ao Luar", uma vez que se tratam de atividades similares àquelas que são desenvolvidas para o Município da Marinha Grande e não é transparente que as mesmas não estejam sujeitas a IVA, bem como sujeitas a contratação pública e consequente IVA.

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas se anexam (**Anexo 5**).

Deste modo, a Câmara Municipal delibera ainda:

- 1. Não atribuir apoio financeiro à Associação Casa d'Árvore, uma vez que se tratam de atividades similares àquelas que são desenvolvidas para o Município da Marinha Grande e não é transparente que as mesmas não estejam sujeitas a IVA, bem como sujeitas a contratação pública e consequente IVA.**
- 2. Aprovar as minutas de contrato-programa em anexo a celebrar com as entidades beneficiárias, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, uma vez que as atividades se iniciaram no decurso do ano de 2015.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

55 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO E SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA

850 - Em reunião de câmara de 16 de abril de 2015, a Câmara Municipal deliberou ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas seleccionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios em função das disponibilidades financeiras da entidade concedente:

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ÁREA	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTOS
E/7718/2014	SOCIAL	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Obras de Requalificação na Sede	28,3
E/7806/2014	SOCIAL	São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita	Projetos de Arquitetura e Especialidades	35

Posteriormente, em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento),

suspender a atribuição de alguns apoios financeiros, atendendo à inexistência de dotação financeira em Plano de Atividades Municipal.

De entre as candidaturas admitidas, na área social, cuja atribuição de apoio financeiro ficou suspensa, destaca-se a S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita e a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego.

Com o recente reforço orçamental das rubricas respeitantes a cada uma destas Associações estão então reunidas as condições para atribuir os apoios financeiros às candidaturas apresentadas pela S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita e Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, em 2014.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTO S	MONTANTE
E/7718/2014	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Obras de Qualificação na Sede	501540563	28,3	35.000,00€
E/7806/2014	S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita	Projetos de Arquitetura e Especialidades	506617939	35	7.850,00€
TOTAL					42.850,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Tratam-se de projetos relevantes do ponto de vista social, uma vez que as associações em causa prestam um trabalho meritório na área da 3.ª idade e que em muito irá contribuir para o colmatar de algumas das problemáticas associadas a esta faixa etária, como sejam os problemas de solidão e de dependência e consequente melhoria da qualidade de vida da população alvo.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	Obras de Requalificação na Sede destinadas à cozinha social de apoio à 3.ª idade	501540563	28,3	2015/A/114	35.000,00€
S. Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita	Projetos de Arquitetura e Especialidades	506617939	35	2015/A/114	7.850,00€
TOTAL					42.850,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas se anexam.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar as minutas de contrato-programa em anexo (Anexo 6) a celebrar com as entidades beneficiárias e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa ação concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

56 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE

851 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo. Entretanto, foram entregues e validados os documentos em falta do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente;

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA					
REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/8064/2014	Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Atividades Patinagem de Velocidade	600076768	37,7	3.000,00€
TOTAL					3.000,00€

A candidatura apresentada visa a prossecução de atividades e objetivos com uma grande abrangência de públicos, e congregam um grande número de recursos e destinatários, com custos significativos de realização. Considera-se ainda que se tratam de atividades de interesse municipal, que contribuem para o desenvolvimento desportivo do concelho, envolvendo a comunidade local (em especial os jovens) e os agentes desportivos, e que promovem o concelho a nível local e nacional.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera conceder ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, o seguinte apoio financeiro:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente	Atividades Patinagem de Velocidade	600076768	37,7	2015 / A / 198	3.000,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cuja minuta se anexa, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera ainda, aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 7) a celebrar com a entidade beneficiária, e aprovar como data de produção de efeitos, o dia 1 de janeiro de 2015 uma vez que as atividades se iniciaram a partir de 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição

do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação."

57 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA - SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCENSE

852 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), **suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não tivessem procedido à entrega de documentos necessários e/ou ainda não tivesse sido possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.**

Entretanto foram entregues e validados os documentos em falta da seguinte entidade:

- Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais, considera-se atribuir o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/7680/2014	Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense	Climatização e Ventilação do Bar, Salão Principal e Ginásio	501372121	30	5.000,00€
TOTAL					5.000,00€

Trata-se de um projeto importante para a conservação e requalificação de instalações essenciais ao desenvolvimento das atividades promovidas pela entidade beneficiária, razão pela qual deve ser apoiada nos montantes propostos.

Deste modo, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo das alíneas o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade Desportiva e Recreativa Garcense	Climatização e Ventilação do Bar, Salão Principal e Ginásio	501372121	30	2015 / A / 197	5.000,00€

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cuja minuta geral se anexa, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera ainda, aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 8) a celebrar com a entidade beneficiária, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

58 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE JANEIRO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.

853 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas (Pianista leiriense João Costa Ferreira e Grupo de Teatro do Operário), pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados (Jorge Palma e Concertos para Bebés) que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarcar um vasto leque de opções artísticas.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que a Inf.n.º95 com a proposta de programação para janeiro de 2016 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho da Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datada de 11 de novembro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de janeiro de 2016 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

JANEIRO	Género	Artista	Cachet	Preço de Bilhete Proposto
9	MÚSICA	Pianista João Costa Ferreira	700€	5€
16	TEATRO	Grupo Teatro do SOM	-	5€
18	MÚSICA	Jorge Palma	5750€	12,50€
24 – 10h	MÚSICA	Concertos para Bebés	2000€	Bilhete palco adulto + bebé 15€
24 – 11h30				Bilhete normal 7,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de

preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de janeiro de 2016 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

59 - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NO MUSEU DO VIDRO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE

854 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente datado de 19 de novembro de 2015. A visita será realizada por um grupo de alunos do Curso Vocacional da Escola Secundária Pinhal do Rei, no total de 15 alunos e 2 professores acompanhantes, e encontra-se agendada para 26 de novembro de 2015.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

- Em anexo ao pedido foi enviado comprovativo do Registo Nacional de Pessoas Coletivas no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento remetido em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Marinha Grande, o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Nascente do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 26 de novembro de 2015, para um total de cerca de quinze alunos e dois professores acompanhantes, da Escola Secundária Pinhal do Rei.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

6o - ISENÇÃO DE TAXAS DE INGRESSO NOS MUSEUS MUNICIPAIS – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE

855 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 12 de novembro de 2015. A visita será realizada por um grupo de alunos dos cursos de Artes Visuais e Profissional 2D/3D da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte, no total de 23 alunos e 2 professores acompanhantes, e encontra-se agendada para 02 de dezembro de 2015.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta, que se insere nas suas competências próprias atribuídas pelo n.º 6 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

Taxas do Município da Marinha Grande, e delibera isentar, ao abrigo do previsto no art.º 14.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município da Marinha Grande, o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do pagamento da taxas de ingresso no Museu do Vidro, no dia 02 de dezembro de 2015, para um total de cerca de vinte e três alunos e dois professores acompanhantes, da Escola Secundária Eng.º Acácio Calazans Duarte.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

61 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.108.568,40€** (nove milhões, cento e oito mil, quinhentos e sessenta e oito euros e quarenta cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

62 - REQ. N. 1438/15, DATADO DE 12/10/2015 – PC N.º 428/2015, DATADO DE 12/10/2015 – NOMINALPLÁS, LDA

856 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1468/15, datado de 12-10-2015, apresentado por **NOMINALPLÁS, LDA**, com o NIPC 510161715, com sede na Rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e numa futura ampliação do seu estabelecimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades

competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Nominalplás, Lda, com sede na rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e numa futura ampliação do seu estabelecimento industrial, sito naquela morada, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade **Nominalplás, Lda**, com sede na Rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial, na mesma morada, que se dedica à produção de moldes metálicos para a injeção de termoplásticos e fundição injetada;
- A sociedade em causa desenvolve a sua atividade num edifício, licenciado para armazém, com uma área de 260,00 m2, que pretende regularizar e ampliar em mais 840 m2;
- O edifício, depois de ampliado, apresentará afastamentos laterais de 4,5 m e 9,5 m, respetivamente à extrema sul e à extrema norte e de 6,5 e de 5,0 às extremas posterior e frontal, respetivamente, não respeitando a distância de 15 m aos limites da parcela, exigida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;
- A empresa iniciou a sua atividade no ano de 2012 apenas com dois trabalhadores e uma faturação de 222.054,00, euros sendo que as exportações representavam, na altura, 60% da mesma;
- Atualmente tem ao seu serviço 6 trabalhadores e uma faturação que, no ano de 2013, ascendeu aos 920.436,20 euros e, em 2014, atingiu 1.996.663,23 euros;
- O crescimento e sobrevivência da empresa estão, de acordo com a interessada, comprometidos por falta de espaço, pelo que a ampliação do mesmo possibilitaria a instalação de 4 centros de maquinaria, necessários para aumentar a faturação, gerar emprego e evitar a perda de clientes;
- De acordo, ainda, com a interessada as obras em causa permitiriam criar 18 postos de trabalho sendo que, uma grande percentagem dos mesmos, destinar-se-ia a trabalhadores com formação superior;
- Atualmente exporta 95% da produção, maioritariamente para os mercados europeu e norte-americano;
- A deslocalização da empresa, segundo a interessada, teria custos económicos, sociais e estratégicos incombíveis, que implicariam a aquisição de um terreno, licenciamento das novas instalações, reinstalação da maquinaria, tudo isto num valor estimado de 1.200.000,00 euros, reorganização do quadro de pessoal e paragem e reestruturação, em baixa, dos programas de desenvolvimento e crescimento empresarial, face ao dispêndio de capital na realização da operação;
- É uma empresa exportadora que vê o seu desenvolvimento travado pelos limites físicos do seu edifício industrial;
- A ampliação permitiria o investimento em novas máquinas, que não só incrementariam a sua produção, como gerariam emprego;

- A exportação, principal destino da sua produção, é considerada como um dos motores da economia nacional, capaz de a relançar;
- Todas essas circunstâncias, investimento, crescimento económico e criação de emprego, que a regularização e a ampliação da unidade industrial poderão potenciar, devem ser consideradas de interesse público municipal, na medida em que desenvolvem o concelho e contribuem para o bem-estar da sua população;

A Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e futura ampliação do estabelecimento industrial sito na Rua do Fagundo, n.º 36, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de NOMINALPLAS, LDA., com o NIPC 510161715 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao afastamento das extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 6 trabalhadores, que factura quase 2M€ para exportação, na fabricação de moldes, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido*

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
26/11/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 31

*critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma
avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

*Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não
ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público
municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

857 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 16:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião